

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
ELISÂNGELA MAURA CATARINO
SUSY ADELINA MATEUS
- ORGANIZADORES -

SOCIO LOGIA:

2

Sociedade, políticas públicas
e participação social



Atena
Editora
Ano 2023

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
ELISÂNGELA MAURA CATARINO
SUSY ADELINA MATEUS
- ORGANIZADORES -

SOCIO LOGIA:

2

Sociedade, políticas públicas
e participação social



Atena
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Prof^ª Dr^ª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Sociologia: sociedade, políticas públicas e participação social 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
 Elisângela Maura Catarino
 Susy Adelina Mateus

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
S678	<p>Sociologia: sociedade, políticas públicas e participação social 2 / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Elisângela Maura Catarino, Susy Adelina Mateus. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1877-1 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.771231409</p> <p>1. Sociologia. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizador). II. Catarino, Elisângela Maura (Organizadora). III. Mateus, Susy Adelina (Organizadora). IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 301</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.





DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Caros leitores, saudações.

Apresentamos a obra Organização "**Sociologia: Sociedade, políticas públicas e participação social 2**", composta por 4 capítulos sistematizados, a saber: No primeiro capítulo apresentamos o texto - "A fenomenologia da internet: a essencialidade da ferramenta de comunicação mundial para a sobrevivência humana" -, de autoria de Reynaldo Mareto Kasprzak e Mateus Catalani Pirani. No segundo capítulo, Elane Pereira Brito e Alexandre Silva dos Santos Filho, nos apresentam com o texto - "Vamos fazer o cabelo": Um estudo sobre as Mulheres Traçadeiras de Marabá" -. O terceiro capítulo, Félix Leonardo Pérez Verdugo da Universidad Pedagógica Nacional del Estado de Chihuahua (UPNECH), Unidad Juárez/ México, nos traz o texto - Trascendencia de los movimientos rupturistas en américa latina -. No último capítulo da obra, Divino Carvalho de Souza e Marcelo Máximo Purificação, no texto - Pierre Bourdieu e a perspectiva dialógica no campo educacional com a formação de professores de língua inglesa", falam sobre as possibilidades de interfaces entre a teoria sociológica de Pierre Bourdieu e a pesquisa sobre formação de professores. Conforme descrito até aqui, o livro reúne diálogos que permeiam a sociologia e, neste contexto, a sociedade, políticas públicas e a participação social. Desejamos a todos/as uma boa leitura e boas reflexões.

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Susy Adelina Mateus

CAPÍTULO 1	1
A FENOMENOLOGIA DA INTERNET: A ESSENCIALIDADE DA FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO MUNDIAL PARA A SOBREVIVÊNCIA HUMANA	
Reynaldo Mareto Kasprzak Mateus Catalani Pirani	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7712314091	
CAPÍTULO 2	11
“VAMOS FAZER O CABELO”: UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES TRANÇADEIRAS DE MARABÁ	
Elane Pereira Brito Alexandre Silva dos Santos Filho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7712314092	
CAPÍTULO 3	25
TRASCENDENCIA DE LOS MOVIMIENTOS RUPTURISTAS EN AMÉRICA LATINA	
Félix Leonardo Pérez Verdugo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7712314093	
CAPÍTULO 4	38
PIERRE BOURDIEU E A PERSPECTIVA DIALÓGICA NO CAMPO EDUCACIONAL COM A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA INGLESA	
Divino Carvalho de Souza Marcelo Máximo Purificação	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7712314094	
SOBRE OS ORGANIZADORES	49
ÍNDICE REMISSIVO	52

A FENOMENOLOGIA DA INTERNET: A ESSENCIALIDADE DA FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO MUNDIAL PARA A SOBREVIVÊNCIA HUMANA

Data de aceite: 01/09/2023

Reynaldo Mareto Kasprzak

Mateus Catalani Pirani

RESUMO: Diante dos cenários de diversas mudanças ocasionadas por novas tecnologias, a Rede Mundial de Computadores se destaca como ferramenta de comunicação internacional e intercontinental, com diversas benesses e atrativos que resultam em uma vida mais cômoda, conectada e informatizada. Como toda ferramenta que se destaca e, até determinado ponto, transforma significativamente a vida humana, esta agora pode ser considerada uma das chaves para o prosseguimento e continuidade da nossa espécie. Abordando alguns casos, dentre eles, Governança, Crise no Afeganistão, Pandemia de Covid-19 e formas de se resguardar o Meio Ambiente das práticas humanas e seus exageros, vemos que a Internet se destaca como possível artifício para a solução dos obstáculos e reveses enfrentados neste século.

PALAVRAS-CHAVE: Internet; Governança; Afeganistão; Pandemia; Meio Ambiente.

ABSTRACT: Faced with the scenario of various changes caused by new technologies, the World Wide Web stands out as an international and intercontinental communication tool, with several benefits and attractions that result in a more comfortable, connected and computerized life. Like every tool that stands out and, to a certain extent, significantly transforms human life, this one can now be considered one of the keys to the continuation and continuity of our species. Approaching some cases, among them, Governance, Crisis in Afghanistan, Covid-19 Pandemic and ways to protect the Environment from human practices and their exaggerations, we see that the Internet stands out as a possible device for solving the obstacles and setbacks faced in this century.

KEYWORDS: Internet; Governance; Afghanistan; Pandemic; Environment.

1 | INTRODUÇÃO

Ao decorrer do século XX, é notória a participação cada vez mais assídua dos seres humanos em questões das mais diversas ordens, sejam elas sociais, econômicas, políticas ou ecológicas.

Fato é que a Internet possibilitou uma extensa e massiva abertura para a sociedade, que se torna, com o passar dos dias, mais informada sobre os problemas de âmbito mundial. Não podemos mais nos considerar alienados, dados os avanços do fenômeno “Globalização”, dotado da capacidade de fazer pequenos acontecimentos serem sentidos por todo o mundo.

Não apenas caracterizado por problematizações, como efeitos da Guerra da Ucrânia impactando a geopolítica ou economia, mais que isso, a Globalização é capaz de transmitir conhecimento, cultura, costumes, fatos, notícias, tecnologias, conscientização etc., tornando o mundo, por assim dizer, conectado e rompendo as barreiras físico-geográficas das centenas de países ao redor do globo.

Esta pesquisa visa ressaltar a importância da fenomenologia da internet, ou seja, demonstrar quais os resultados alcançados graças a interferência desta no meio, bem como transmitir a importância que a comunicação tem na consolidação de uma sociedade da informação, dotada da capacidade de pesquisa e do conhecimento, na grande maioria das vezes, na palma da mão.

As Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, são as funcionalidades que temos atualmente e fazem com que a informação se propague a nível global, evidenciando os temas, dos quais alguns supracitados, são de grande importância para a continuidade da espécie humana. Ademais, as TICs fornecem, ao menos, a capacidade de nós, seres humanos, sermos capazes de entender o problema pelo qual estamos passando e quais as melhores ferramentas que são disponíveis para enfrentá-lo, bem como sensibilizar demais pessoas a auxiliar na resolução das questões.

Fato é que, com o passar dos anos, muitos países ganharam notoriedade em decorrência do fenômeno Globalização, tornando-se protagonistas de seus destinos, constituindo mais uma justificativa da importância do debate deste tema para a valoração dos fenômenos da internet.

Explorou-se a metodologia explicativa, quando se há a possibilidade de analisar quatro situações em que a Internet se demonstrou de grande valia para a humanidade, relacionando respectivos estudos internacionais sobre os casos da Governança Global; Crise no Afeganistão; Pandemia do Coronavírus; e Práticas Ambientais, Sociais e de Governança, relacionadas aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

2 | O USO E IMPORTÂNCIA DA INTERNET NO ÂMBITO DA GOVERNANÇA GLOBAL

A premissa da ideia de Governança surge a partir do Banco Mundial, que possuía o interesse de ampliar o conhecimento a respeito das condições responsáveis por garantir um Estado mais participativo quanto ao seu povo, ou seja, quanto aos que estão sob sua tutela. Tais condições, não estão relacionadas apenas ao aspecto econômico, mas também,

ao aspecto social e político.

Quanto a definição de Governança, segundo o próprio Banco Mundial, “é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento, e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções”¹. Em outras palavras, é a garantia de que as ações das organizações, governamentais ou não, estejam alinhadas aos interesses do público ou população.

Ao tratar de fenômenos recentes, que possuem relação com a governança, cita-se a Globalização. A Globalização, um fenômeno que se desenvolveu, principalmente, a partir do século XX, é um processo em que, com o desenvolvimento de tecnologias, houve o melhoramento dos diversos serviços de comunicação, possibilitando maiores trocas de informações que ocorrem de maneira instantânea. Tais trocas de conteúdo são responsáveis por formar interesses globais, em que assuntos relacionados ao Estado, como a governança, deveriam atingir um fim: a satisfação dos interesses da sociedade.

Temos como exemplo o Afeganistão, que, por um longo período, esteve sob a ótica do Governo dos EUA, que implantaram modelos ocidentais nas estruturas políticas e judiciais, pouco correspondentes ao pensamento afegão, além de modificarem as leis do país. A partir do movimento de tropas pertencentes ao Talibã, ocorreu a retomada do controle do país após vinte anos de dominação norte-americana, cujas terras afegãs foram invadidas e controladas como meio de retaliação após os ataques de 11 de setembro de 2001.

Um dos principais objetivos estadunidenses era de que com a implantação de novos sistemas, o Afeganistão conseguiria se desenvolver e não abrigaria mais grupos terroristas. No entanto, mesmo com a inserção de vários investimentos no país, as tomadas de decisão na vida da população não eram organizadas, cabendo a Washington, nos Estados Unidos, muitas vezes, a resolução dos problemas.

Sendo um dos principais objetivos da Governança o bem-estar da população, a tomada de decisões pelo país ocidental não correspondeu de imediato as necessidades afegãs e o país passou por diversas alterações ao longo do tempo, principalmente, nas formas de governo.

Destaca-se no exercício da Governança, a presença tanto de instituições estatais quanto não-estatais. Sendo o Direito o conjunto de normas responsáveis por regular as relações sociais, pode ser dividido em Direito Interno e Direito Internacional. No âmbito de Direito Interno, principalmente, dentro dos Estados, há um maior exercício da governança por parte de empresas estatais em que o Direito do país que as regula. O treinamento de soldados, a entrega de remédios, a preocupação com a população local, no Afeganistão, por exemplo, eram todos realizados a partir de empresas norte-americanas, que muitas vezes,

¹ PETERS, Brainard Guy. **O que é Governança?** 2013. In: Revista do Tribunal de Contas da União. - v.1, n.1. Brasília: TCU, 2013.

estavam mais interessadas em lucros do que propriamente na população evidenciando a pouca efetivação da ocupação dos Estados Unidos no país.

Já no Direito Internacional, há uma maior quantidade de atores não-estatais responsáveis por exercer a Governança, como no Direito Internacional Ambiental, em que o meio ambiente precisa ser regulado por ações multilaterais, relacionadas a vários países, ou seja, a ideia de Estado-Nação enfraquece-se.

Quanto à legitimidade da Governança, no sentido global, é importante destacar que a ideia de legitimidade está relacionada, pois há enorme quantidade de defensores, mesmo que não seja estatal. No sentido local, muitas vezes, a legitimidade de determinadas empresas estatais está vinculada ao povo o qual o Estado tutela.

Entendemos que a atitude dos EUA possui suas faces de reprovação, no entanto, a Governança exercida pelo país em território afegão revelou uma série de infinitas práticas discriminatórias, autoritárias, imorais e violentas pelo grupo Talibã, durante a defesa da lei islâmica.

Fato é que com o advento da Internet, muitas dessas situações foram reveladas e hoje são duramente criticadas devido a imoralidade e rompimento dos Direitos Humanos. As denúncias das violações foram feitas por várias entidades não governamentais e a ONU – Organização das Nações Unidas.

São exatamente nesses cenários que a prioridade do uso de um sistema de comunicação efetivo como a Internet se destaca, pois além de levar a denúncia a outros países e auxiliar no contexto de cooperação internacional, acaba, porventura, auxiliando na divulgação de casos que precisam ser expostos.

3 | A EXTENSA E FUNDAMENTAL MODIFICAÇÃO LEGISLATIVA DA INTERNET INCENTIVADA PELA PANDEMIA DE COVID-19

Em 2020, com a pandemia provocada pelo novo coronavírus, o COVID-19, o período conturbado foi o grande exemplo onde a população mundial passou a reconhecer a função importante de comunicação que a internet proporciona.

A pandemia trouxe uma ampla capacidade de nos reinventarmos mediante uma situação de crise. Novos meios de vivenciamento são observados por todo o mundo, nas mais diferentes culturas. O mundo foi abalado por uma crise sanitária que exigiu um isolamento social, obrigando as relações presenciais a se transformarem em relações virtuais, principalmente as relações de consumo.

Diante disto, a Internet se expandiu a fim de atender àqueles que se encontravam fora de seu alcance, isto não significa que ainda não exista a exclusão digital, muito pelo contrário, mas seu avanço foi indiscutível.

Novas tecnologias surgiram e várias outras competências foram desenvolvidas para atender ao mercado de trabalho, principalmente voltadas para a compra e venda de

produtos e serviços. Porém, não é apenas um ambiente em que estão dispostas as várias formas de comunicação, mas também, há a presença de grandes empresas responsáveis por influenciar o dia a dia da população mundial, a economia global, e principalmente, os Estados.

Os gigantes da Internet buscaram a sua expansão a partir do momento em que os cidadãos notaram o quanto o ambiente digital poderia facilitar o cotidiano. Os sites, os mecanismos de pesquisa, as plataformas online, são responsáveis por contribuir com o acesso fácil a informação, contribuindo também para a própria existência de diversas empresas, a partir da coleta de dados e consequente direcionamento de publicidades, movimentadas pelos gigantes da internet, sendo eles, nos Estados Unidos, Google, Apple, Facebook e Amazon, e na China, Baidu, Alibaba, Tencent e Xiaomi.

O principal problema aos diversos Estados está na estruturação dessas grandes empresas. Formadas muitas vezes sob a lógica do capitalismo puro, não possuem uma localização específica, burlam o direito da concorrência e trabalhista, além de abalar o direito à privacidade a partir da coleta de diversos dados pessoais. Nesse sentido, os Estados tiveram a oportunidade de se preocupar com a busca de uma maior regulação por parte dessas empresas.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a fim de impedir o comportamento anticoncorrencial das megaempresas, houve a recomendação, a partir de um relatório de inquérito publicado em outubro de 2020, de uma reforma legislativa de leis antitruste norte-americanas, que não agradou às gigantes. Na União Europeia, pioneira no estabelecimento de responsabilidades de regulação, através do Regulamento Geral de Proteção dos Dados Pessoais (RGDP), comumente conhecido por sua denominação em língua inglesa, *General Data Protection Regulation* (GDPR), com a finalidade precípua, a harmonização e unificação de medidas protetivas para com os dados pessoais, implementando disposições regulamentares que protegem a vida privada, assim como as relações de consumo

No Brasil, inspirada na RGDP, temos a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que entrou em vigor mediante a necessidade dos usuários durante a Pandemia, em 2020, dispondo em sua finalidade a proteção de dados dos usuários da Internet, bem como a proteção de direitos fundamentais, como a privacidade e todos os seus consectários corolários (intimidade, honra, direito de imagem e dignidade), em razão de suprir uma lacuna normativa decorrente da proteção de dados pessoais deixados pelo Marco Civil da Internet. A LGPD inaugura, no Brasil, um novo campo legislativo não somente para a Internet, mas para o tratamento de dados pessoais que nela transitam.

O futuro a partir do confronto entre os gigantes da internet e os Estados ainda é incerto, porém, vale o destaque de que com o fenômeno da Globalização e quebra das barreiras entre os países, a competitividade entre as empresas tem crescido de maneira nunca vista anteriormente e, como resultado, a sociedade consumidora tem buscado na Internet maneiras mais financeiramente viáveis de consumir.

4 | AS APLICAÇÕES DA INTERNET NO RESGUARDO DO MEIO AMBIENTE

A preocupação com o meio ambiente já se tornou parte do nosso cotidiano. Com o passar dos dias, dezenas de incentivos a práticas sustentáveis são implementados para o desfrute da população e de grandes empresas, a exemplo, as preocupações de temas envolvendo aquecimento global e poluição.

Inicialmente em inglês, a sigla ESG – “*Environmental, social and corporate governance*”, é indicada como uma preocupação conjunta voltada às práticas ambientais, sociais e de governança, que reflete sobre a objetividade de garantir a continuidade da vivência humana no planeta terra de forma a não prejudicar futuras gerações.

A adesão global e constante ao estudo do ESG não ocorre por mero acaso. No caso do Brasil na questão ambiental, por exemplo, os biomas são, cada vez mais, vítimas da degradação antrópica. Tal degradação é responsável pela alteração dos ciclos de chuva, gerando graves consequências para a sociedade, bem como boa parte da economia agrícola do país, que provoca reflexos consideráveis para a economia como um todo. Com a reflexão do ESG, é possível a implantação de medidas que visem reverter a situação desesperadora em que se encontram os biomas, evitando a destruição de ecossistemas e consequente preservação da vida humana.

É importante destacar que a preocupação com o meio ambiente não deve ser entendida como uma situação pertencente apenas a atual geração de indivíduos, e sim, a todas as gerações que estão por vir. Nesse sentido, no projeto de salvação do mundo, e consequente preservação da espécie humana, o investimento em educação ambiental é crucial.

Deve-se mostrar ao jovem, desde cedo, a importância da preservação do meio ambiente e auxiliá-lo no entendimento que, sendo o Estado representante de seus interesses, é capaz de criar medidas públicas de acordo com os mesmos, tendo a ferramenta Internet como aliada na divulgação de medidas protetivas, como o descarte correto de lixo, tão prejudicial para o meio ambiente, seja ele orgânico, material, têxtil ou eletrônico, sendo este último o mais nocivo e que vem crescendo exponencialmente ora pela necessidade, ora pela antecipação de durabilidade dos produtos, que se consolida pelo efeito denominado “obsolescência programada”, em que dispositivos conectados se tornem obsoletos após uma atualização de software, sem que uma física ocorra, com a finalidade de torná-los descartáveis e substituíveis por novos produtos. Esta situação ocorre de forma intencional, causando prejuízos ao consumidor e ao meio ambiente.

Fato é que transformar um objeto analógico em inteligente, além de encarecer o produto e deixá-lo sujeito a falhas que não teria, porém, os massivos avanços e desenvolvimentos procuram satisfazer as necessidades das gerações atuais, consumidora crescente de novas tecnologias, sem interferir e comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades, considerando para isso, que todas as

gerações alcancem o desenvolvimento social, econômico, fazendo uso consciente dos recursos naturais.

O princípio do desenvolvimento sustentável, que está interligado ao princípio da equidade² intergeracional, ou seja, o desenvolvimento econômico equilibrado à proteção ambiental, para que seja possível usufruir dos recursos naturais no presente e no futuro, para que as decisões levem em consideração os impactos sobre o meio ambiente.

Tais princípios, próprios do Direito Ambiental Internacional são instrumentais ao desenvolvimento desse último e, como apontam Rei e Granziera, reforçam o papel do Direito para enfrentar a influência de interesses, quase como pré-requisito ético para se desenvolver uma nova compreensão de como trabalhar por um mundo sustentável.³

Um das medidas que já são aplicadas como incentivo ora a consumidores, quanto empresas é o recente Programa de Redução de Preços dos Veículos, que garante desconto progressivo considerando três fatores bases, sendo um deles a eficiência energética e nível de emissão de carbono. Segundo o Governo Federal, os incentivo promove a busca por modelos de carros novos, que possuem, segundo metas do Programa Rota 2030, eficiência 12% maior em relação a veículos produzidos há, no mínimo, cinco anos.⁴ Tal Programa regulamentado pela Lei nº 13.755/2018 dita normas de adequação para o setor automotivo brasileiro, ao longo de 15 anos, dividido em três ciclos de cinco anos, sendo o fim do primeiro ciclo no ano vigente, quando 75% dos veículos devem atender as normas e requisitos de série, explorando tecnologias sustentáveis, como etanol, eletricidade e híbrida.⁵ O grande desafio para o Governo foi de conciliar o desconto progressivo com o apaziguamento da crise do setor. Valido também como incentivo para frotas de veículos maiores, como caminhões e ônibus, estes que percorrem em maior volume a malha rodoviária do Brasil, a progressão de desconto é ainda maior, diante do tamanho da eficiência alcançada com os novos modelos em produção que emitem até 98% menos material particulado na atmosfera, quando comparado a modelos que serão retirados de circulação por terem mais de 30 anos desde sua fabricação (Lei nº 14.440/2022), o que garante, inclusive, menor consumo de combustível e, consequentemente, melhores valores nos fretes, que são revertidos no preço dos produtos para o consumidor final.⁶

2 O significado de “equidade” se caracteriza como uma padronização de direitos, não de forma a igualá-los, mas torná-los justos perante cada situação e, “desta forma, uma sociedade com equidade busca corrigir os desequilíbrios que existem, a partir da aplicação correta de direitos fundamentais como os Direitos Humanos”. POLITIZE. **O que é Equidade?** 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/o-que-e-equidade/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

3 GRANZIERA, Maria Luiza Machado; e REI, Fernando Cardozo Fernandes. **Direito Ambiental Internacional: avanços e retrocessos**. São Paulo: Atlas, 2015.

4 GOV.BR. **Programa reduz preço de carros, caminhões e ônibus com desconto direto ao consumidor**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/programa-reduz-preco-de-carros-caminhoes-e-onibus-com-desconto-direto-ao-consumidor>. Acesso em: 26 jun. 2023.

5 ROTA 2030. **Relatório anual do Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística**. Disponível em: https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-externo/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/setor-automotivo/documentos-rota-2030/relatorio-anual-programa-rota-2030_2019#:~:text=A%20meta%20estipulada%20para%20este,atender%20ao%20requisito%20de%20s%C3%A9rie. Acesso em: 26 jun. 2023.

6 GOV. BR. **Lei cria o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no país (Renovar)**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2022/09/lei-cria-o-programa-de-aumento-da-produtividade-da-frota-rodoviaria-no-pais-renovar>. Acesso em: 26 jun. 2023.

À medida que novas tecnologias vêm surgindo, é normal que todos os setores sejam impactados, a exemplo o uso cada vez maior de TICs, responsáveis pelo crescimento econômico, empregos, melhorar a qualidade de vida e de diálogo entre as nações.

Dentro do Direito Brasileiro, pode ser encontrada a menção da obrigatoriedade de preservação do meio ambiente no artigo 225 da Constituição Federal de 1988. Porém, apesar da robusta proteção ambiental no ordenamento legal, na prática, o Poder Público brasileiro deixou de cumprir o artigo referido e as normas relacionadas a partir, por exemplo, da negligência quanto a proteção de áreas de preservação ambiental e a permissão da prática de garimpos ilegais. Portanto, a análise do ESG é importante para que a sociedade civil impeça o Poder Público de realizar as mesmas atitudes que contrariam o interesse de garantir a preservação da humanidade.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, temos por agora a certeza de que a Internet vem se demonstrando incrível ferramenta de auxílio a vida humana e que, com certeza, ainda impactará grandemente nossas vidas nos anos que se seguem. A Internet se solidifica como um invento tão significativo quanto as primeiras máquinas criadas durante o século XVIII e se insere infinitamente em nosso cotidiano.

Sabemos que ainda temos um grande caminho a trilhar para o aperfeiçoamento humano, porém, com a ajuda de grandes ferramentas, como a internet, podemos criar, refletir e assimilar sobre feitos grandiosos e que se tornam parte importante da nossa vida. Assim, a Internet, ao passo que transforma nossa realidade, pouco a pouco, também transmutará nossa maneira de ver o mundo. E já está acontecendo.

Todos os dias, pessoas adquirem novos equipamentos e facilitam suas vidas com novos alcances de cultura, informação, notícias em geral e demais intentos que geram uma realidade mais cômoda. Com alguns cliques, consumimos, lemos, criamos, escrevemos e pesquisamos, abrimos nossas casas para o mundo e, por vezes, questionamos a necessidade de uma “privacidade”, que acaba se tornando um mito, não for tratada com atenção. Fato é que todas as ferramentas humanas têm potencialidades de gerar tanto o mal quanto o bem, desde que usadas da forma correta.

A partir dessa nossa abertura para o mundo conseguimos nos aproximar de todos os países, de todas as pessoas e nos informatizar, nos retirando o privilégio de nos alienar do mundo a nossa volta e não poder mais afirmar que “não sabia”. Nos últimos dias, vimos a Ucrânia ser invadida pela Rússia, o Afeganistão ser palco de atos de violência contra mulheres, uma doença matar milhões de pessoas com origem na China, negros serem discriminados nos Estados Unidos e um dos maiores atos antidemocracia acontecer no Brasil. A lição que tiramos desses acontecimentos é que somos uma geração pautada no não consentimento de que injustiças estão certas e não devem continuar, dotados de uma

ferramenta capaz de apaziguar os anseios do mundo e trazer paz e equilíbrio ao mundo através da cooperação.

A chamada “internetificação das coisas” molda uma realidade de reinventar objetos, que deixam de ser inanimados, para se tornarem parte de uma vida mais autônoma e segura para seres humanos. Esta incrível ferramenta, juntamente com a união entre os países, poderá, de fato, melhorar o meio ambiente, acabar com a fome e desigualdades, melhorar a economia e fortalecer, ainda mais, o nível de vida em diversos países.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI Nº 14.440, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022.** *Institui o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no País (Renovar).* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/Lei/L14440.htm#art7. Acesso em: 26 jun. 2023.

FELIX, Thiago. **Talibã de 2021 não é o de 2001, tem mais governança, diz professor.** 2021. CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/taliba-de-2021-nao-e-o-de-2001-tem-mais-governanca-diz-professor/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

GOV.BR. **Programa reduz preço de carros, caminhões e ônibus com desconto direto ao consumidor.** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/programa-reduz-preco-de-carros-caminhoes-e-onibus-com-desconto-direto-ao-consumidor>. Acesso em: 26 jun. 2023.

_____. **Lei cria o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no país (Renovar).** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2022/09/lei-cria-o-programa-de-aumento-da-produtividade-da-frota-rodoviaria-no-pais-renovar>. Acesso em: 26 jun. 2023.

_____. **Governo regulamenta programa para renovar frota rodoviária.** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/dezembro/governo-regulamenta-programa-para-renovar-frota-rodoviaria>. Acesso em: 26 jun. 2023.

GONÇALVES, Alcindo F. **O Conceito de Governança.** XIV Congresso Nacional CONPEDI. Fortaleza: Conpedi, 2005.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado; e REI, Fernando Cardozo Fernandes. **Direito Ambiental Internacional: avanços e retrocessos.** São Paulo: Atlas, 2015.

NALINI, José Renato. **ESG no Universo Jurídico.** In: Revista Ultracontinental de Literatura Jurídica v.2 n.2. Montes Claros: Associação de Letras Jurídicas de Montes Claros, 2021.

PETERS, Brainard Guy. **O que é Governança?** 2013. In: Revista do Tribunal de Contas da União. - v.1, n.1. Brasília: TCU, 2013.

POLITIZE. **O que é Equidade?** 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/o-que-e-equidade/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

ROLLEMBERG, Marcello. **Volta do Talibã ao poder é desafio à governança internacional.** 2021. Jornal da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/volta-do-taliba-ao-poder-e-desafio-a-governanca-internacional/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

ROTA 2030. **Relatório anual do Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística**. Disponível em: https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/setor-automotivo/documentos-rota-2030/relatorio-anual-programa-rota-2030_2019#:~:text=A%20meta%20estipulada%20para%20este,atender%20ao%20requisito%20de%20s%C3%A9rie. Acesso em: 26 jun. 2023.

_____. **Programa Rota 2030. Sobre**. Disponível em: <https://rota2030.fundep.ufmg.br/rota/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

SOUPIZET, Jean-François. **Os gigantes da internet frente aos Estados**. 2021. In: Futuribles em Português – Revista da Plataforma Democrática – Fundação FHC nº 4. São Paulo: 2021.

“VAMOS FAZER O CABELO”: UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES TRANÇADEIRAS DE MARABÁ

Data de aceite: 01/09/2023

Elane Pereira Brito

Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia – PDTSA da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, cidade de Marabá-Pa.
<https://lattes.cnpq.br/2103635169052159>
orcid.org/0000-0002-0690-6060

Alexandre Silva dos Santos Filho

Profº. Drº. no Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais na Amazônia – PDTSA da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, cidade de Marabá-Pa.
<https://lattes.cnpq.br/7245793164008684>

RESUMO: Desde os tempos mais remotos em que as historiografias de registros dos cabelos sempre foram para os povos de origem africana um símbolo político de identidade e de manifestação de uma estética e de expressões corporais próprias. Neste contexto o trabalho de mulheres que cuidam e manipulam os cabelos e em especial as trançadeiras ou trancistas também remontam a vários séculos de história, sendo uma atividade eminentemente feminina. Neste sentido o presente trabalho tem por objetivo

de pesquisar as práticas profissionais e experiências estéticas e políticas de mulheres trançadeiras no município de Marabá estado do Pará. O trabalho dessas mulheres é de fundamental importância para a reprodução, difusão e afirmação de valores político, estéticos e identitários negros ou afros da comunidade local. Este texto foi construído sobre a perspectiva de uma abordagem metodológica qualitativa utilizando-se de técnicas de pesquisa como a bibliográfica e a realização de entrevistas. De maneira mais específica o trabalho discute questões teóricas como estética negra ou afro, expressões corporais negras, identidade negra, cabelos e penteados afros e mulheres trançadeiras. Em grande medida constatou-se que as mulheres que participaram da pesquisa se tornaram trançadeiras por não encontrarem no mercado predominante de estética produtos e profissionais especializados em cabelos afros. Além disso, as mulheres trançadeiras passaram a se profissionalizar neste ofício, transformando-as ideologicamente, esteticamente e politicamente para visões de mundo que valoriza e incorpora de maneira mais sistemática elementos culturais de origem e influência africana.

PALAVRAS-CHAVE: Cabelo Afro. Mulheres

“LET’S DO THE HAIR”: A STUDY ON THE BRAIDING WOMEN OF MARABÁ

ABSTRACT: Since the earliest times, historiographies record that for people of African origin, a political symbol of identity and the manifestation of aesthetic and bodily expressions of their own. In this context, the work of women who care for and manipulate hair, especially braiders, also dates back several centuries and is an eminently feminine activity. In that regard, the present work aims to research the professional practices and aesthetic and political experiences of women braiders in the municipality of Marabá, Pará State. The work of these women is of fundamental importance for the reproduction, dissemination, and affirmation of political values, aesthetics, and black or African identity in the local community. This dissertation was built from the perspective of a qualitative methodological approach using research techniques such as bibliographies and interviews. More specifically, the work discusses theoretical issues such as black or Afro aesthetics, black body expressions, black identity, Afro hair and hairstyles, and women braiders. To a large extent, it was found that the women who participated in the research became braiders because they could not find products and professionals specialized in Afro hair in the predominant market for aesthetics. Furthermore, the women braiders began to professionalize in this trade, transforming them ideologically, aesthetically, and politically into worldviews that value and incorporate more systematically cultural elements of African origin and influence.

KEYWORDS: Afro hair. Braiding Women. Black Aesthetics. Black Identity. Resistance and Black Existence.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo irá tratar das práticas profissionais de mulheres negras trançadeiras na cidade de Marabá, localizado no sudeste do Pará. As experiências estéticas e políticas analisadas a partir do ofício das trancistas pesquisadas é resultante de uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.

Nesse sentido, por não estarmos desconectadas desse mundo contemporâneo e das suas dinâmicas sejam elas globais e locais o trabalho tem por objetivo geral pesquisar as práticas profissionais e experiências estéticas e políticas de mulheres trançadeiras neste município. De maneira mais descentralizada o trabalho perpassa também em discutir abordagens teóricas sobre a estética negra ou estética afro, identidade afro e expressões corporais negras.

Desde tempos remotos e imemoriais da história africana e de países e regiões do mundo para onde os negros e negras foram trazidos, as mulheres trançadeiras ou trancistas tem tido uma atuação fundamental com o cuidado fisiológico, estético e simbólico dos cabelos tanto no âmbito familiar, quanto no âmbito comunitário.

No contexto da pesquisa essas práticas são bem mais recentes, ao que parece

tem sido muito influenciada por fatores como uma circulação maior de informações e conhecimentos a respeito da cultura e da estética negra, da luta de movimentos sociais e também da institucionalização de políticas públicas em especial as de ações afirmativas. Talvez a experiência individual da autora não certifique plenamente isso, mas de certa forma foi percebido e tem se testemunhado que nos últimos anos, até porque ainda são poucas trançadeiras na cidade da pesquisa e de certa forma é possível mensurar isso, o surgimento e o aumento de mulheres que tem se dedicado ao ofício de trancistas ou trançadeiras em especial de cabelos denominadamente afros.

Diante de tais experiências e evidências, durante o curso de mestrado onde foram discutidas várias temáticas durante o curso das disciplinas, tais como estética afro, cultura afro, ancestralidades, diáspora, identidade, interseccionalidade, aspectos históricos e sociológicos dos povos africanos avaliamos como oportuno estudar um fenômeno que do ponto de vista local parece ser bem recente e em franca expansão e que certamente tem uma conexão e sentidos profundos com toda uma trajetória histórica e cultural advinda dos povos africanos.

Neste sentido, além de registrar esse fenômeno, é uma oportunidade importante de produzir um material que possa ser utilizado por educadores, estudantes, militantes, haja vista que as literaturas dedicadas ao estudo da estética afro, mulheres negras trancistas na região do sudeste paraense ainda é bem restrita e com pouca apropriação deste assunto, com isso acredita-se que este trabalho tende a de certa forma dá sua contribuição para os estudos como um todo de relações étnico-racial, identidade negra e valorização da estética afro. Certamente isso legitima a construção desta reflexão.

De certa forma, acredita-se que é uma oportunidade de estudar e debater temas a partir de uma perspectiva acadêmica que predominantemente são invisibilizadas e subalternizadas. Sendo assim a pergunta central deste trabalho se formata da seguinte maneira: “Existem sentidos estéticos, políticos e afirmativos de identidade afro, nas experiências e práticas profissionais de mulheres negras trançadeiras em Marabá? ”. De maneira preliminar, pode-se dizer que parte dessas mulheres se tornaram trançadeiras por não encontrarem no mercado predominante de estética produtos e profissionais especializados em cabelos afros, daí estas passaram a se profissionalizar neste ofício e mais do que isso esse processo os transformaram ideologicamente, esteticamente e politicamente para visões de mundo que valoriza e incorpora de maneira mais sistemática elementos culturais de origem e influência africana.

2 | TRANÇANDO HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES NEGRAS TRANÇADEIRAS EM MARABÁ-PA

Foram realizadas 07 (sete) entrevistas com mulheres negras trançadeiras de Marabá, existem outras profissionais atuando na cidade, mas algumas não quiseram

participar da pesquisa e outras não foram localizadas ou tiveram contratempos que impossibilitaram outras entrevistas. No entanto, considera-se aqui uma quantidade significativa de entrevistas, tendo em vista que essa atividade ainda é feita por poucas profissionais. No questionário semiestruturado contido em três blocos de questões sendo um que trata de informações pessoais das entrevistadas, um segundo bloco que questões que trata sobre aspectos da profissionalização destas trançadeiras e um terceiro bloco que trata de questões estéticas do trabalho das entrevistadas. As entrevistas foram realizadas entre os meses de setembro e novembro de 2022.

A primeira entrevista foi com Nadja Raylane da Silva, na época da entrevista a mesma tinha 25 (vinte e cinco) anos de idade, possuía o ensino médio completo, a trançista é natural da cidade de Barão do Governador no Estado do Maranhão e era solteira. A segunda entrevista foi realizada com Marcela Magalhães Soares de Araújo, ela é natural de Marabá, na época da entrevista tinha 30 (trinta) anos de idade, residia no Bairro da Liberdade, era casada e sua situação de escolaridade era ensino superior incompleto, cursava estética e imagem pessoal. A terceira entrevista foi com Claudiana Luz dos Reis, na época da entrevista ela tinha 34 (trinta e quatro) anos, solteira e era graduada em geografia. A quarta entrevista foi com Ariele Katnen Barbosa Ataíde, ela é natural da cidade de Belém, vivia em união estável, era residente no Bairro do Vale do Itacaiúnas, tinha 26 (vinte e seis) anos de idade, solteira e possuía graduação de ensino superior. Raquel Cerqueira Rodrigues, outra entrevistada, ela é natural de Marabá, tinha 25 (vinte e cinco) anos de idade, tinha o ensino médio completo, chegou a cursar uma graduação em pedagogia, mas desistiu em razão de questões de maternidade e trabalho. A entrevistada lane Lilazia Lisboa Moreno, é natural de Belém e chegou em Marabá no ano de 2017, na época da entrevista era solteira e cursava graduação em artes visuais. E, por fim, foi entrevistada Maisa Nascimento Carvalho é natural de Marabá, na época da entrevista era solteira e sua escolaridade era nível superior incompleto.

A construção desta pesquisa surgiu a partir do primeiro contato que tive com a entrevistada lane Lilazia conhecida como “Sereias das Maracas” e “Sereias Trançadeiras”, lembro como se fosse hoje. Eu estava passando pela transição capilar e quem cortou o meu cabelo foi a ela. E com esta aproximação pude conhecer um pouco do seu trabalho de trançadeira aqui em Marabá.

A Sereia foi a inspiração deste trabalho, veio para Marabá em 2017 para estudar graduação em química na UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará), mas não se identificou com o curso e migrou para o curso de Artes Visuais. Durante o período pandêmico passou por momentos difíceis, pois perdeu sua mãe para a covid-19 e devido a esta perda trágica entrou em depressão e teve muita dificuldade para superar e dar continuidade a vida. Lilázia ficou conhecida primeiramente de Sereia das Maracas e hoje de Sereias Trançadeiras, devido a sua conexão com o carimbó¹, começou a participar

¹ Carimbó é de origem tupi e significa tambor. É uma dança folclórica da região norte do Brasil, típica do estado do

e tocar na roda de carimbo em 2016 na cidade de Belém no distrito de Icoaraci, lugar onde começou a frequentar todos os domingos e tinha o hábito de chegar na roda de cabelo trançado, saião, de chapéu de palha, dançava muito e saía sem falar com ninguém, toda misteriosa e voltava para sua casa. E por isso foi batizada de sereia pelo grupo e eternizada até atualmente, nome que já faz parte da sua história de vida.

3 | ACABEÇADAGENTEÉUMTERREIRO:TRANÇANDONAANCESTRALIDADE

Na história africana, a arte de trançar tinha várias simbologias, tais como: status, religião, parentesco, idade, etnia e outros critérios identitários representados pelo penteado. Estes elementos possuíam diversos significados na cultura africana, simbolizando assim, estado civil, classe social e família (CLEMENTE, 2010).

As comunidades africanas são constituídas por um conjunto de símbolos que se expressam oralmente nas “tradições orais que são recurso de metodologia histórica que permite sondar tempos e trabalhos da memória, alcançado lembrança de fatos, acontecimentos ou movimentos históricos, de modo de viver, sentir, pensar, produzir artes e ofícios” (ANTONACCI, 2018 p.117).

Os povos de matrizes orais são sensoriais, e esta faculdade de percepção sobrenatural que o corpo transcende pelo regime de símbolos orais foi um dos únicos elementos que não lhe foram tirados no processo diaspórico forçado destas populações. Esta formação cosmológica africana, traz um estimado exemplo do conhecimento interdisciplinar através da interligação entre os sentidos, saberes e a comunicação entre a natureza e o mundo ao seu redor.

Desse modo, é no espaço simbólico, a cabeça, que as mulheres trançadeiras fazem de sua profissão um canal de aprendizagem e comunicação de saberes convencionados na elaboração de penteados trançados, sobre o que Santos (2019) enfatiza que as tranças afro são símbolos identitários do patrimônio cultural brasileiro deixado pelos nossos ancestrais africanos. Este território é complexo repleto de ensinamentos ancestrais. É tanto que de certa forma essas ideias repercutem na fala de uma das entrevistadas que é Raquel Rodrigues, vejamos a seguir:

As energias internas do nosso cabelo capta muito fácil, então mesmo ela usando um turbante no candomblé, elas raspa o cabelo [...] trançam pra poderem se fechar pra poder receber as pessoas que elas vão tratar, então é uma proteção, então é bem-vindo [...] Eu tô fazendo uns estudos eu tô me aprofundando sobre a relação da trança e a espiritualidade né, tô estudando no terreiro mesmo, tipo eu pergunto para os guias né alguma dúvida que eu tenho aí eu já descobri muita coisa, já descobri que é uma herança ancestral né que foi passada pra mim e agora recentemente eu descobri que toda vez que eu toco na cabeça me vem muitas coisas sobre a pessoa [...] vem muitas

Pará. Esta modalidade rítmica ficou conhecida como “dança do carimbo”, possuindo todo um conjunto de instrumentos musicais, acompanhado de tambor, maracá, pandeiro e flauta (FORIN, 2016).

coisas sobre sonhos, tipo assim, quando a pessoa está com ansiedade eu sinto durante o processo da trança e é como se eu tivesse que vencer aquilo pra poder ajudar a pessoa [...]. Aí eu pesquisei que desde o candomblé o ato de trançar (RODRIGUES, entrevista, 04/10/ 2022).

De acordo com os relatos da trançista, as tranças além de serem terapêuticas, elas são instrumentos de proteção e de cura. E um tratamento que cuida da imagem externa e interna das pessoas. Percebi aqui nesta riquíssima informação que estamos o tempo todo conectado com o cosmo e as energias, seja positiva ou negativa. E seguindo:

Aí eu pesquisei que desde o candomblé o ato de trançar é pra fechar o ori [...], então tipo a trança na cabeça ela fecha o ori, porque o nosso cabelo são antenas né, são antenas, isso é biológico, o nosso cabelo são antenas que capta né as coisas ao redor da gente. Então, quando no candomblé a gente fecha né que vem a realidade do negro né, escravidão, opressão, o preconceito, então quando eu tranço eu fecho o meu ori. Então muitas energias eu não fico suscetíveis digamos assim né (RODRIGUES, entrevista, 04/10/2022).

No rito de iniciação do candomblé, tanto a cabeça e os cabelos são sacralizados, pois, os cabelos estão ligados à nossa ancestralidade. E neste processo os cabelos são cortados, raspados e guardados. Nos espaços de terreiros possuem uma epistemologia ancestral que versa sobre a perspectiva Irun Ori (cabelo e cabeça). A ancestralidade é compreendida como uma categoria analítica que se atualiza e ritualiza as experiências africana em contexto de diáspora. A entrevistada Raquel Rodrigues baseado em suas leituras e pesquisas coloca que:

O ori no candomblé é a cabeça e vem do iorubá, essa palavra vem da cultura ioruba africano [...] o ori é como se fosse um altar é como se fosse onde o nosso espírito habita em nosso corpo né, então é algo que a gente tem que contemplar, dizem que inclusive na cultura africana o mal pensamento é uma sujeira [...] a cabeça da gente é um terreiro, têm que tá limpo [...] Então eles acreditam que tua cabeça é teu templo [...] têm que limpar esses pensamentos, ai vêm a questão do ori de fechar o ori que é a cabeça né, o fechar tua cabeça para quer? Tu se protege para não entrar qualquer coisa, tu ir num lugar que tu vai ficar imersa a diversos tipos de energias, tu têm essa proteção a leitura do capilar né, tá fechado aqui, tá trançado [...] (RODRIGUES, entrevista, 04/10/2022).

Para os povos iorubas que chegaram no Brasil no final do século XVIII, a cabeça e o Ori e Irun significa cabelos da cabeça. Nas comunidades de terreiro a cabeça é sinalizada como a parte mais importante do corpo, ocupando assim um lugar significativo. É devido a isto que o cabelo é valorizado porque está localizado em um território sagrada e de grande poder (SANTOS, 2022).

As mulheres negras trançadeiras são as mãos que cuidam do Ori, ou seja, da cabeça, lugar onde estão os nossos pensamentos, percepções, sensações e sentimentos. Esses saberes são heranças deixadas pelos nossos ancestrais africanos e estão presentes no cotidiano das famílias negras (SANTOS, 2022). E se faz presente na ancestralidade, o

seguinte:

Eu tive uma visão né e antes disso eu já tinha me comunicado com alguns ancestrais que me mostraram como é que foi que eu aprendi a trançar aqui né, que é meu povo lá da Bahia né que são a minha família [...] E aí me veio tudinho, tipo mostram tudinho [...] eu vi também, eu vi o quilombo, eu vi algumas pessoas da minha vida como se fosse no passado, e algumas coisas né, uns conhecimentos que foi permitido pra que eu tivesse né, acesso a isso (RODRIGUES, entrevista, 04/10/2022).

As mulheres trançadeiras são escolhidas pela ancestralidade. A arte de trança é um saber nato que já nasceu com elas, onde as mesmas de certa forma são escolhidas pelos nossos antepassados para compartilhar e manter viva as heranças culturais deixadas pelos povos africanos em territórios de diáspora. A trancista Raquel é adepta do Santo Daime² que é uma religião indígena da floresta. E durante a realização de trabalhos daimista, a mesma fez uma viagem astral e visualizou uma Rainha africana com o cabelo todo trançado em forma de turbante e acompanhada de um Leopardo, ou seja, o desenvolvimento de sua espiritualidade está lhe possibilitando comunicação com divindades que fortalece ainda mais a sua ancestralidade de mulher negra trançadeira. Essas vivências são importantes porque nos mostra que os conhecimentos ancestrais vão além da estética e estão relacionados com a espiritualidade e a religiosidade. O ato de trançar trabalho com a parte estética, psicológica e espiritual da pessoa, tornando assim uma atividade terapêutica. Vejamos a seguir parte deste relato:

[...] agora recente eu vi essa mulher que pra mim muito negra, negona né e ela tinha um turbante, assim só feito de tranças, tipo as trancinhas bem fininhas, tudo enroladinho assim, fazendo tipo um monumento na cabeça dela e do lado dela tinha uma onça leopardo do lado dela, tipo ela na harmonia, tipo o leopardo assim do lado dela existia uma conexão entre eles [...] aí ela era muito escura aí tipo veio a questão da África, a relação com a natureza né, desse empoderamento da gente se ver como divindade mesmo né que Deus fez a gente e a gente tem muitas capacidades de conexão com as coisas que a gente se identifica na terra [...] e aí veio a confirmação, olha umas das coisas que tu tinha que fazer nessa vida era isso [...] (RODRIGUES, entrevista, 04/10/2022).

Santos (2002), menciona que a trança é que te escolhe, as trancistas são suas eleitas. Isto porque o ofício de trançar cabelos não pode ser exercido por qualquer pessoa, tem que ter uma espécie de chamado, ou melhor, de predestinação isso também repercute nas falas das entrevistadas Claudiana Reis e Ariele Ataíde:

Eu tinha sete anos eu já sabia trançar [...] eu já fazia essas coisas tudinhos, já fazia penteados [...] trançar pra mim nunca tive dificuldade [...] aí as meninas chegava lá e quando voltava pra suas casas voltava com os cabelos tudo trançados, trança de raiz, soltas [...] aí tinha umas mães que me dava um agradinho [...] então eu sempre tive um jeito de sobreviver. Aí quando entrou

2 O Santo Daime é uma doutrina sincrética de origem indígena que apresenta influências do cristianismo, espiritismo e religiões de matrizes africanas. O daime ou ayahuasca é uma bebida cerimonial usada durante o ritual religioso, sendo composta pelos vegetais: cipó jagube e a folha chacrona, ambos encontrados na Floresta Amazônica (FROES, 2019).

a onda do rastafári [...] uma vez a minha irmã colocou né, naquele tempo só existia o “canecalon” [...]. Ai uma vez a minha irmã pediu para Neth colocar o cabelo dela ai eu fiquei lá olhando ali, ai eu falei mais isso é fácil [...] e ai a Neth na época cobrava 40 reais, mais era muito dinheiro, ai eu falei pra preta minha irmã: preta na próxima vez eu faço. Ela disse: “Até parece que tu sabe fazer”. Eu disse: eu sei e vou te mostrar como eu sei, tinha sobrado um pedacinho no dia que eu tirei a trança do cabelo dela, ai eu falei vem cá deixa eu te mostrar como eu sei [...] ai eu peguei uma mechinha fiz e enrolei a trança tudo bacaninha, tudo direitinho. Ai ela disse: “Tu sabe fazer isso como? – Não, eu só vi a Neth fazendo, isso é uma coisa muito fácil eu só vi uma vez e aprendi [...] porque a Neth não ensinava isso pra ninguém [...] ai pronto as vizinhas viram e ai que eu comecei a mexer (REIS, entrevista, 17/09/2022).

[...] caramba eu fui predestinada a fazer isso [...] eu acho que a gente tem uma predestinação [...] tu vai descer ai e vai fazer isso, isso é pra ti, isso é teu e é isso [...] (ATAIDE, entrevista, 04/10/2022).

Para elaborar os penteados trançados não é uma tarefa fácil, sendo necessário ter habilidade, criatividade, agilidade nas mãos, muita paciência e principalmente gostar do que faz, pois têm uns modelos de trançados afro que leva horas e horas para seres fabricados e finalizados. E o incrível deste relato é que aos sete anos de idade a trancista Claudiana já sabia fazer tranças e o penteando que hoje chamamos de “box braids” ela precisou somente ver alguém fazer para aprender sem nunca ter feito curso antes, por isso que este conhecimento é nato, ligado à nossa ancestralidade.

O ofício de trançar cabelos é uma atividade desenvolvida de forma ancestral, tornando-se algo espontâneo, como se fosse uma decisão imposta pelos nossos antepassados para dar continuidade a estes saberes que é tão importante para o fortalecimento da identidade e do empoderamento de mulheres negras, pois:

[...] você mostra quem é através do teu cabelo né da tua ancestralidade. Se tu é negra o teu cabelo é de preto, tu tem que usar daquele jeito pra quer modificar. As pessoas dizem assim: “Ah não a pessoa alisa tudo bem, mas cada um com o seu gosto – gente mais não é, a mulher negra fica bonita de cabelo crespo não é, parece que moldura o rosto (REIS, entrevista, 17/09/2022).

Nesta narrativa a trancista destaca a importância dos sinais de negritude visível no corpo para a afirmação da identidade negra em mulheres negras que não precisam modificar seus cabelos para se sentirem bonitas e desejadas, enaltecendo assim a beleza dos cabelos naturais e crespos.

Gomes (2019), também, vai definir que o cabelo crespo é um importante símbolo ancestral e genealógico africano, possuindo assim expressões simbólicas da identidade negra no Brasil. O cabelo é pensado como linguagem social, resistência, política, cultura e religiosidade.

4 | TRANÇADO AFRO: SÍMBOLO DE EMPODERAMENTO

No contexto social afro-brasileiro, as tranças fazem parte do patrimônio histórico e cultural deixados pelos nossos ancestrais africanos, estando assim presente na memória coletiva do povo negro. A técnica de trançar o cabelo torna-se umas das primeiras formas de manipulações dos fios crespos de mulheres e crianças negras (GOMES, 2002).

As mulheres trançadeiras negras são comunicadoras de saberes que contribuem para a preservação da memória ancestral africana, reconhecidas como construtoras e estimuladoras de empoderamento identitários. O penteado trançado é estética corporal³ que está presente em toda a vida da mulher negra, que aprende a manipular os fios desde o ambiente familiar até os mais sofisticados de salões de beleza afro.

A construção da memória e dos saberes é acionado pelo regime da repetibilidade dos sujeitos na análise discursiva (INDURSKY, 2011). Isto favorece a internalização das práticas tradicionais, juntamente com o exercício da criatividade para a criação de outros penteados trançados.

O recurso estético de trançar os cabelos acompanha as famílias negras desde a diáspora africana ao Brasil. A prática de usar o penteado trançado é um estilo usado principalmente nas crianças negras para ir à escola (SANTOS, 2019). As instituições educacionais são espaços que impõem padrões estéticos e comportamentais que apelam para as normas e aos discursos higienistas, a fim de exigirem que as crianças estejam com o cabelo bem arrumado e penteado no ambiente escolar (GOMES, 2019).

Trançar é uma prática estético-social e histórica que possui várias utilidades, seja para esconder, camuflar ou significar a identidade, mas o seu significado é histórico, e mesmo com a opressão racista a população afrodescendente não deixou de usar o penteado trançado em seus cabelos. As tranças podem ser encontradas em outras sociedades, pois não é um atributo estético somente dos povos africanos (SANTOS, 2013).

É no exercício de entrelaçar os cabelos que as mulheres negras transistas exercem um papel essencial na formação identitária negra, reafirmando assim costumes culturais e históricos das populações negras em territórios de diáspora africana. As manipulações e cuidados com os cabelos são atividades antigas nas civilizações africanas que torna o ato de tocar o cabelo um processo simbólico que traduz os signos da identidade cultural africana que “permite e coloca negros e negras no centro do seu processo histórico” (CLEMENTE, 2010, p.12).

O ato de tocar, pentear e trançar as madeixas é uma forma de cuidar e de possibilitar sensações e sentimentos de satisfações com a beleza estética do outro. E isto eu chamo de terapia capilar e do corpo que trabalha com a elevação da beleza afro, da autoestima

3 A estética é compreendida como um conjunto de percepções e sensações que interligam indivíduos e sociedade, relacionando assim o ético estético aos valores construídos socialmente. (EUGENIO, 2020) E este processo social e cultural é responsável pela construção da estética corporal que produzem sentimentos de reconhecimento e pertencimento ancestral de africanidade.

e da aceitação da identidade étnica, tornando-se elementar para o autoconhecimento da pessoa negra, logo:

A Trança pra mim é vida[..] renova a autoestima de várias mulheres e eu gosto de fazer mesmo é quando as mulheres estão no período de transição e estão com crise de ansiedade e depressão[...] eu já atendi muitas clientes assim que entrou em depressão por causa da transição do cabelo. E até os próprios companheiros que não ajuda chamado elas de feias (SILVA, entrevista, 15/05/2022).

Com este relato percebi na prática a complexidade do cabelo crespo que envolve os sentimentos de insatisfação, prazer, desprazer, gosto e desgosto que estão no campo da dualidade. Então a projeção da estética está associada ao campo do desejo e as condições históricas e culturais construídas socialmente. Sousa (1983) afirma que na sociedade racista e capitalista o negro enfrenta as condições de opressões de raça, classe e de gênero.

O cabelo crespo faz parte de uma ideologia que se mostra sob diversos significados culturais e estéticos do corpo negro. Mulheres e homens negros levam em sua corporalidade signos e símbolos da negritude que foram fragmentados e marginalizados pela colonização e escravidão no Brasil. Além disso, o cabelo crespo deve ser observado na sua amplitude e não apenas como uma imposição ao padrão estético ocidental, mas o significado deste dentro da cultura é elementar em qualquer civilização que possuem habilidades e diferentes formas para manipular e estetizar a fibra capilar (SANTOS, 2013).

As práticas de entrelaçamentos dos fios crespos fazem parte da memória coletiva afro-brasileira que têm suas raízes na ancestralidade africana (SANTOS, 2013). E no contexto social e político de luta contra o racismo, representa um modo de resistência nos debates sobre identidade étnica. E estão presentes nas discussões políticas do movimento negro como símbolos estéticos afirmativo da cultura afro-brasileiras representada nos corpos (SANTOS, 2019).

As mulheres negras trançadeiras são as principais agentes comunicadoras de conhecimentos sobre o penteado afro, tornando esta habilidade herança cultural na contemporaneidade. Elas têm um papel fundamental na construção estética corporal de pessoas negras que desejam se autoafirmar e se conectar a sua imagem à memória ancestral africana. É importante observar que estas intervenções corporais no cabelo são realizadas pelas trançistas entrevistadas, na maioria das vezes em atendimentos domiciliares, ou mesmo na própria residência dessas mulheres, que têm muitas dificuldades de saírem de suas casas por causa dos filhos pequenos. Nesse sentido, a entrevistada Raquel Rodrigues relatou que:

Pra mim fazer tranças é bastante significativo porque eu passei pelo processo de transição e as tranças me ajudaram a me achar bonita novamente, então quando eu realizo esse trabalho eu sinto que de certa forma tô colaborando com a minha raça, como as mulheres, com a representatividade negra e dar

continuidade com esse trabalho que é muito antigo que geralmente era feito de mães pra filhas ne, avôs, eu acredito que carrega grande valor cultural é um símbolo de empoderamento[...] (RODRIGUES, entrevista, 04/10/2022).

E diante deste sentimento de pertencimento e ritualização da consciência histórica que é a manipulação dos fios crespos, o ato de fazer penteados trançados mantém viva a memória ancestral e a identidade de povo que foi desumanizado pela colonização branca europeia. Esta narrativa traz de forma nítida a importância que tem o ato elaborar tranças para o acionamento da memória, seja coletiva ou individual, pois nos aproxima ainda mais do nosso passado ancestral africano. E reafirma a nossa identidade negra, mostrando quem somos e porque usamos cabelo trançado.

As trançadeiras podem ser chamadas, também, de cabeleireiras étnicas de salões de beleza. Esta atividade milenar africana possuía valores sociais e simbólicos para muitos grupos étnicos. E devido a isto não pode ser associado apenas à concepção comercial ou produto de lucratividade (GOMES, 2006). Conforme Santos (2013), as mulheres negras trançadeiras são responsáveis pela manutenção da simbologia das tranças na memória coletiva do povo negro. E que além de exercerem este exercício no espaço doméstico, levam, também, aos espaços dos salões de beleza e para a militância negra. Esta prática além de ser milenar e ancestral é a única fonte de renda de muitas profissionais trançistas.

5 | TRANÇADO A SOBREVIVÊNCIA: “HOJE A TRANÇA É O MEU GANHA PÃO, DE ONDE EU TIRO O MEU SUSTENDO E DOS MEUS FILHOS”

A técnica de trançar os cabelos além de constituir como um saber matrilinear de expressão cultural e de heranças africanas torna-se, também uma forma de sobrevivência e sustentabilidade, trazendo assim autonomia financeira para mulheres negras que se dedicam a esta prática ancestral. Esta ocupação de trançar cabelos extrapola a esfera doméstica dessas mulheres e ganha força como ferramenta de luta contra os modos de racismos que estabelecem nos corpos negros o local da feiura e invisibilidade. Adicionalmente proporciona as mesmas autonomias financeiras bem como atuação na construção de outras imagens sobre os corpos e cabelos crespos, isto é, possibilita lugar de protagonismo. (SANTOS, 2019 p.73).

Este ofício empodera e valoriza a estética negra, trazendo aos corpos negros mais visibilidade e exaltação de sua beleza. Torna-se uma profissão, uma atividade laboral de sobrevivência e sustentabilidade dessas mulheres que conquistam liberdade e independência financeira e o aperfeiçoamento profissional. Isso inclusive é relatado pela trançista entrevistada Nadja Silva que relata que:

Eu me interessei a trançar quando as mulheres começaram a entrar em transição e vi que todo mundo tava fazendo e quis aprender também. Hoje a trança é o meu ganha pão, de onde eu tiro o meu sustento e dos meus filhos. Eu prefiro trabalhar em casa com tranças do que trabalhar na rua fazendo

E como enfatiza uma das ativistas percussoras do feminismo negro no Brasil, Lélia Gonzalez (2020), que a mulher negra continua sendo objeto de exploração e subordinação efetiva na sociedade brasileira, sobrevivendo com poucas possibilidades de ascensão no mercado de trabalho, condicionando-a as prestações de serviços domésticos e sexuais, pois:

O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: 'domésticas' ou 'mulatas'. O termo doméstico abrange uma série de atividades que marcam seu 'lugar natural': empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. Já o termo 'mulata' implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada 'produto de exportação', ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais (GONZALEZ, 2020, p.44).

Aqui, mais uma vez, ela nos coloca a refletir sobre a situação da mulher negra numa sociedade marcada por divisão racial e sexual do trabalho, cujos papéis que lhes são impostos compreende aqueles setores marginalizados e desvalorizados socialmente. Ser mulher e negra no Brasil é compartilhar de uma tríplice discriminação de raça, classe e sexo, colocando-as em um grau elevadíssimo de opressões.

A entrevistada Marcela Araújo relata um pouco das suas histórias em que a mesma acabou se tornando trancista, tendo nesta atividade a sua principal ocupação profissional:

Eu comecei tudo na verdade como manicure [...] ai eu fui prestar serviços em um salão em Paragominas que eu morrei lá e lá eu aprendi a escovar cabelos [...] eu tinha treze anos ai depois disso eu comecei a fazer tranças na minha sobrinha, comecei em casa [...] e com o passar do tempo [...] quando eu vi realmente ficar trabalhando mais com as trancista foi o tempo que eu morrei em Belém [...] é tanto que fiquei conhecida como a Rainha das tranças (ARAÚJO, entrevista 15/09/2022).

De certa maneira, a situação evidencia a mulher afro-descendente “é o retrato da feminização da pobreza observada em todo o mundo nas últimas décadas, 80% das mulheres negras estão concentradas em ocupações manuais; mais da metade são empregadas domésticas” (NASCIMENTO, 2003, p.119). Esta ocupação desvalorizada pelo sistema econômico é uma das atividades mais mal remunerada na sociedade brasileira. Em relação à questão da renda Elisa Nascimento (2003), coloca que “aproximadamente uma em quatro chefes de família afro-brasileira ganha menos que um salário mínimo [...]” (NASCIMENTO, 2003, p. 119). Logo, os índices de desempregos são bem mais elevados entre as mulheres negras do que as taxas analisadas de forma generalizada.

Conforme a pensadora Davis (2016) no sistema escravocrata a população negra era tida como propriedade, sem diferenciação da condição de gênero entre homens e mulheres que eram vistos apenas como unidades de trabalho. A mulher escravizada não tinha o privilégio de ser dona de casa, de cuidar dos seus filhos, pois trabalhava nas atividades

agrícolas e nos afazeres domésticos em tempo integral, além de sofrerem abusos sexuais e maus-tratos. Em consonância Collins (2009), ressalta que todas as mulheres negras foram vitimadas pelas práticas de opressões promovidas pela escravidão e pelo colonialismo. Este sistema capitalista e sexista subordina e coloniza os nossos corpos de forma atemporal, compreendendo passado e presente numa espécie de atemporalidade.

6 | CONCLUSÃO

Esta pesquisa é imprescindível para os estudos das relações étnicas, raciais e de gênero no território de marabá, e destaca o papel das trançadeiras negras na valorização da identidade étnica e na afirmação da negritude no sudeste paraense. Apresentando assim a performance estética do cabelo, o território da cabeça como forma de cultura e resistência aos padrões de beleza imposta pelo sistema dominante.

Durante as narrativas coletadas em trabalho de campo verifiquei que a maioria das mulheres trançadeiras pesquisadas são provedoras de suas famílias. E a única renda que possuem advém da estética afro, ou seja, do ofício de trançar cabelos que se tornou um instrumento de identidade, empoderamento e independência financeira para as mesmas.

Por outro lado, este ofício é responsável pelo fornecimento da manutenção da ancestralidade africana em contexto de diáspora, pois as mulheres negras trançadeiras são as principais guardiãs deste conhecimento que conecta homens e mulheres negras à valores culturais, políticos e estéticos num movimento transnacional.

E pude observa em campo que a atividade de trançar é essencial para o resgate da autoestima e da politização de mulheres negras, mas ao longo do tempo este ofício torna-se cansativo e exaustivo para estas mulheres que levam maior parte do seu cotidiano para elaborar penteados que levam em torno de até 12 (doze) horas por dia.

REFERÊNCIAS

ANTONACCI, M. A. M. **Corpos Negros: 'Arquivo Vivo' em episteme de 'lógica Oral'**. In: MENESES, Maria Paula; BIDAISECA, Karina (Org.). *Epistemologias del sur/Epistemologia do Sul*. Buenos Aires: Clacso, 2018.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural**. *Revista Brasileira de Educação*, n.21, p.40-51, 2002. Disponível: <https://www.scielo.br/rbedu/a/D7N3t6rSxDjmr> Acesso em: 03 de agosto de 2022.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: Corpo e Cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Disponível em: http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_textos_sociologia/Negra.pdf. Acesso em: 03 de agosto de 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

INDURSKY, Freda. **A memória na cena no discurso**. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. (org). Memória e história na/da análise do discurso. Campinas. Mercado de Letras, 2011. p. 67-91.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da Cor: identidade, raça e gênero no Brasil**, São Paulo: Editora, Selo Negro Edições, 2003

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SANTOS, Luane Bento. **Entre trama e adornos: o Legado africano de trançar cabelos por uma perspectiva do patrimônio cultural**. Revista Ensaios e Pesquisa em Educação, Rio de Janeiro, v, 6, n, 1, 2019. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/REPECULT/article/> Acesso em: 03 de agosto de 2022.

SANTOS, Luane Bento. **Para além da Estética: uma abordagem etnomatemática para a cultura de trançar cabelos nos grupos afro-brasileiros**. 2013. 122 f. Dissertação de Mestrado (Relações Étnicas Raciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Acesso em: 03 de agosto de 2022.

SANTOS, Luane Bento. **“Trancista não é cabelereira! ”: identidade de trabalho, raça e gênero em salões de beleza Afro no Rio de Janeiro**. 2022. 339 f. Tese de Doutorado (Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2022. Acesso em: 03 de agosto de 2022.

CLEMENTE, Aline Ferraz. **Trança Afro: A Cultura do Cabelo Subalterno**. 2010. 15 f. Artigo de (Projetos Cultural e Organização) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, Acesso em: 03 de agosto de 2022.

TRASCENDENCIA DE LOS MOVIMIENTOS RUPTURISTAS EN AMÉRICA LATINA

Data de submissão: 12/07/2023

Data de aceite: 01/09/2023

Félix Leonardo Pérez Verdugo

Académico-investigador de la Universidad Pedagógica Nacional del Estado de Chihuahua (UPNECH) Unidad Juárez Ciudad Juárez, Chihuahua, Mex.
<https://orcid.org/0000-0002-7961-6179>

El presente capítulo es una versión ampliada del artículo publicado en la Revista Mexicana de Estudios de los Movimientos Sociales Vol.4, No.1, enero junio de 2020.

RESUMEN: En el caso de movimientos sociales como las Madres de Plaza de Mayo en Argentina, los Sin Tierra en Brasil y el Neozapatismo en México, se presentan algunas diferencias o singularidades en sus repertorios, su espacio y temporalidad, el nivel de preparación o espontaneidad tanto en la toma de decisiones como en la organización, los vínculos de identidad entre sus integrantes y todos los factores históricos contextuales y referenciales que los originan. En cuanto a sus semejanzas se puede destacar aquello que nos permite reconocerlos como formas específicas de acción colectiva. Los movimientos aquí referidos son rupturistas de origen, pero

también singularizados cada uno por sus repertorios de contestación. Son rupturistas porque, en palabras de Guerrero Tapia (2004), “generan oposiciones, transgreden el orden de lo establecido”, oposiciones y transgresiones cuya base, además de la razón fundante que los mueve, se sostienen en la interacción como base de toda acción colectiva.

PALABRAS-CLAVE: Acción colectiva, Productos socioculturales emergentes, Madres de Plaza de Mayo, MST, EZLN

TRANSCENDENCE OF THE MOVEMENTS RUPTURISTS IN LATIN AMERICA

ABSTRACT: In the case of social movements such as the Mothers of Plaza de Mayo in Argentina, the Landless in Brazil, and Neozapatismo in Mexico, there are some differences or singularities in their repertoires, their space and temporality, the level of preparation or spontaneity both in decision-making as in the organization, the identity links between its members and all the contextual and referential historical factors that originate them. Regarding their similarities, it can be highlighted what allows us to recognize them as specific forms of

collective action. The movements referred to here are rupturist in origin, but each one is also singled out by their response repertoires. They are disruptive because, in the words of Guerrero Tapia (2004), “they generate oppositions, transgress the order of the established”, oppositions and transgressions whose base, in addition to the founding reason that moves them, are sustained in interaction as the basis of all action. collective.

KEYWORDS: Collective Action, Emerging sociocultural products, Mothers of Plaza de Mayo, MST, EZLN

Las manifestaciones latinoamericanas de acción colectiva, determinadas en su momento por diversos factores, pero también por una razón específica, difieren por tanto en sus estrategias, tácticas y expresiones de lucha. Las interacciones y formas de organización de sus actores se dan en relación con sus circunstancias de convivencia, vínculos identitarios, aspectos culturales y necesidades individuales y colectivas. En el caso de movimientos sociales como las Madres de Plaza de Mayo en Argentina, los Sin Tierra en Brasil y el Neozapatismo¹ en México, se presentan algunas diferencias o singularidades en sus repertorios, su espacio y temporalidad, el nivel de preparación o espontaneidad tanto en la toma de decisiones como en la organización, los vínculos de identidad entre sus integrantes y todos los factores históricos contextuales y referenciales que los originan. En cuanto a sus semejanzas se puede destacar, aquello que nos permite reconocerlos como formas específicas de acción colectiva.

Entendemos la acción colectiva como una acción voluntaria que se ha definido desde diferentes enfoques. Para Funes y Monferrer (2003) es toda acción conjunta que persigue unos intereses comunes y que para conseguirlos desarrolla unas prácticas de movilización concretas. De esta forma, la acción colectiva no es simplemente coordinación entre un grupo de individuos (lo cual puede aparecer también en otras actividades de grupo); tiene un objetivo social establecido y compartido por las personas que la ejecutan, que autorregulan al grupo, la defensa de sus intereses (económicos, políticos, territoriales), la consecución de un bien público o el planteamiento de un cambio social. No obstante, como señalan Jiménez y Ramírez (2010), “en algunos casos los conceptos de movimiento social

1 Movimiento inicialmente propuesto en la Cuarta Declaración de la Selva Lacandona (2 de enero de 1996) como la conjugación del Frente Zapatista de Liberación Nacional (FZLN) el Movimiento para la Liberación Nacional (MLN) y el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), es decir una compleja integración de personas de tendencia pacífica, no armada compuesta por indígenas, campesinos, sociedad civil es decir por todas las personas (mexicanas, no extranjeras) con demandas nacionales diversas, éstas entre otras características, pero además con la defensa y protección del EZLN subordinado a un gobierno indígena y campesino legitimado de forma democrática. En esta declaración se menciona lo siguiente: “Invitamos a la sociedad civil nacional, a los sin partido, al movimiento social y ciudadano, a todos los mexicanos a construir una nueva fuerza política. Una nueva fuerza política que sea nacional. Una nueva fuerza política con base en el EZLN. Una nueva fuerza política que forme parte de un amplio movimiento opositor, el Movimiento para la Liberación Nacional, como lugar de acción política ciudadana donde confluyen otras fuerzas políticas de oposición independiente, espacio de encuentro de voluntades y coordinador de acciones unitarias [...] Con la unidad organizada de los zapatistas civiles y los combatientes zapatistas en el Frente Zapatista de Liberación Nacional, la lucha iniciada el 1 de enero de 1994 entrará en una nueva etapa. El EZLN no desaparece, pero su esfuerzo más importante irá por la lucha política. En su tiempo y condiciones, el EZLN participará directamente en la formación del Frente Zapatista de Liberación Nacional. Hoy, 1 de enero de 1996, el Ejército Zapatista de Liberación Nacional firma esta Cuarta Declaración de la Selva Lacandona. Invitamos al pueblo de México a que lo suscriba.”

y acción colectiva se utilizan como sinónimos de una forma de acción poco organizada y no institucional; en otros casos, los estudios se refieren exclusivamente al fenómeno del movimiento social. La mayoría de las veces, explícita o implícitamente, el movimiento social es un tipo de acción colectiva, pero no toda acción colectiva es la acción de un movimiento social” (Jiménez, 2010:705). Lo que hace semejantes a estos movimientos son las tres dimensiones que tienen como acción colectiva planteadas por Melucci (1999), tales dimensiones son: el conflicto social, la presencia de la solidaridad y la ruptura de los límites de compatibilidad de un sistema al que los actores involucrados se refieren.

En este sentido, se asume que el movimiento social, se origina en un conflicto, “trasciende la acción colectiva cotidiana, y se sustenta en una propuesta alternativa (defensiva o propositiva) dirigida a modificar la situación social, económica, política y territorial” (Jiménez, 2010). Pero también el movimiento social interpela, reclama, exige en pos de esa transformación, valiéndose de los recursos disponibles que hacen posible las acciones de protesta que, en el proceso interactivo de los sujetos, surgen del repertorio basado en las experiencias y esquemas socioculturales configurados en el sujeto social constituido, como refiere Rauber (2004), de manera permanente y organizada (pp.35-36).

MOVIMIENTOS SOCIALES LATINOAMERICANOS, CAUSAS, HISTORIA Y CONTINUIDAD

La importancia del estudio de la acción colectiva radica en la influencia o transformación que puede ejercer en el contexto histórico, político, social, económico y cultural en que se desenvuelve a partir de la riqueza de los lazos de interacción de los sujetos que la integran, dando lugar a marcos de significado e identidad. En estos procesos la acción colectiva adquiere sentido, el cual, nos permite comprender las razones que los sujetos tienen para participar en ella (Delgado, 2007: 45). Sin embargo, bajo la perspectiva eurocéntrica de la acción colectiva, los movimientos sociales de América Latina suelen verse estancados en la modernidad, especialmente al ser comparados con los nuevos movimientos sociales (NMS) o al vincularlos a los procesos de la globalización. Al respecto, Flórez-Flórez (2005) en un análisis crítico sobre la manera como suelen caracterizarse los movimientos latinoamericanos menciona lo siguiente:

Desde el giro de los ochenta hasta hoy, los análisis de la acción colectiva tienden a concluir que la lucha de los movimientos latinoamericanos se halla anclada a la *ilustración*. Sea porque reivindican necesidades básicas, porque su principal interlocutor es el Estado, porque su contexto de lucha es atrasado o porque están atadas a localismos. En cualquiera de estos casos, se entiende que esos actores difícilmente pueden cuestionar los límites de la modernidad globalizada (p. 73).

La realidad latinoamericana ha estado y está presente en sus formas diversas de acción colectiva, es en esas luchas “periféricas”, reivindicativas y aparentemente efímeras de donde se han alimentado los movimientos sociales que hoy se encuentran presentes en el

escenario latinoamericano y que transitan como refiere Zibechi (2003) “por nuevos caminos, que los separan tanto del viejo movimiento sindical como de los nuevos movimientos de los países centrales” (p.185). Rauber (2004) por su parte, destaca algunos de los diversos y novedosos movimientos sociales que tuvieron lugar en América Latina, construidos como sujetos sociales contestatarios propios de la era *postmoderna y neoliberal*:

Los sin tierra de Brasil, los zapatistas de Chiapas, los movimientos indígenas de Ecuador, de Guatemala... las asambleas barriales de Buenos Aires, los desocupados y jubilados de Argentina, los cocacoleros de Chapare, los movimientos barriales de República Dominicana, Colombia, Brasil y México... Ellos espejan en sus actos la realidad en la que los ha situado el sistema. Y en todos, las mujeres resultan protagonistas fundamentales (Rauber, 2004: 3).

Los tres movimientos sociales en los que se centra esta nota de investigación resultan significativos, tanto por su ubicación espacial y temporal como por su causa o lucha social, lo cual implica además otorgarles cierta representatividad respecto a las luchas latinoamericanas. En términos espaciales se encuentran en los más grandes territorios de América Latina, localizados en los extremos norte y sur del continente. Por la temporalidad se ubican de la siguiente manera: a finales de los setenta, Las Madres de Plaza de Mayo; a mediados de los ochenta, el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra y durante los años noventa, el Movimiento Zapatista². Los tres movimientos permanecen vigentes.

Sus causas, aunque en sus propios contextos, son representativas de las luchas sociales que históricamente han formado parte de nuestra realidad, una realidad que ha sido planteada magistralmente por Galeano (1971) en *Las venas abiertas de América Latina*: dominación, esclavismo, explotación, dictaduras, demandas campesinas y demandas de los pueblos indígenas, entre los diversos hechos que el autor recoge de la historia de este continente.

Las Madres de Plaza de Mayo surge en abril de 1977, en el contexto de la dictadura militar de Argentina, este movimiento, conformado por un grupo de mujeres que encara a la fuerza represiva de un gobierno encabezado en ese entonces por el General Jorge Rafael Videla, a quien la Junta Militar había escogido como presidente de Argentina. Ellas exigían que les entregaran a sus hijas e hijos, que con el tiempo se sabría formarían parte de los más de 30 mil detenidos desaparecidos. Tres madres fundadoras: Esther de Balestrino, Azucena Villaflor y Mary Ponce de Bianco, además de Léonie Duquet y Alice Domon, dos religiosas francesas, todas fueron secuestradas y desaparecidas por la dictadura, pero eso no detuvo al grupo de mujeres que cada día crecía, reunidas en la Plaza de Mayo, frente a la Casa Rosada, sede del Poder Ejecutivo. Con la cabeza cubierta con una pañoleta blanca y la consigna de “La memoria, la verdad y la justicia”. Las Madres de Plaza de Mayo se convirtió en un movimiento de mujeres en lucha que abrazó no sólo la causa de sus hijos

² Este movimiento en su proceso político como acción colectiva se ha identificado por sus diferentes etapas, pero también se ha nombrado indistintamente como movimiento zapatista, neozapatismo, Frente Zapatista de Liberación Nacional (FZLN) y Ejército Zapatista de Liberación Nacional o sólo por sus siglas EZLN. Éste último de manera más general.

desaparecidos, sino una lucha permanente por los derechos humanos a través de la cual se refleja la maternidad y la acción feminista como refiere Ortiz (2012):

solidarias frente a las luchas de otros movimientos sociales como los desocupados y han demostrado su interés en los derechos a un hábitat y trabajo en condiciones dignas. En ese sentido, se han comprometido frente a las problemáticas socio habitacionales de las personas en condición de pobreza... (Ortiz, 2012: 175)

El movimiento de las Madres de Plaza de Mayo sigue en pie, no obstante su división en dos líneas, conforma dos frentes de lucha por la memoria de sus hijos, pero también por los derechos humanos y los grupos vulnerables de Argentina, es decir, las Madres de la Plaza de Mayo han trascendido la etapa histórica de su causa, la cual no está resuelta, pero el movimiento se mantiene vigente porque han tomado los ideales de sus hijos y sus hijas como propios para generar con ellos *productos socioculturales emergentes*. El sustento ideológico presente en este movimiento ha sido el motor de una lucha que se mantiene viva, pero a la vez adecuándose a los cambios y necesidades políticas y sociales existentes.

Así también, con la firmeza y el empuje que da la convicción, se sostiene la lucha de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) de Brasil, cuyo movimiento y sus logros se conciben por ellos como “el fruto de una larga historia...” Así lo describe Marina dos Santos (2004), integrante de la Dirección Nacional del MST, quien recalca, “en verdad es fruto de la historia realizada por nuestro pueblo. Somos hijos del pueblo brasileño” dice y agrega:

...de hecho, sólo existimos hoy porque antes de nosotros, el pueblo organizó otras formas de organización y de lucha por la justicia. Somos herederos de las luchas históricas de los pueblos indígenas, de los negros, de los blancos, de los movimientos campesinos y de resistencia. Somos fruto de muchas reflexiones. Somos fruto de la teorización de muchas experiencias de lucha que nos antecedieron, sea en Brasil o en los movimientos campesinos de América Latina (Dos Santos, 2004).

Este movimiento surge en enero de 1985 en la ciudad de Curitiba, estado de Paraná, en una reunión que concentró a 1500 delegados que representaban a 23 de los 27 estados de Brasil. El motivo era revertir los hechos ocurridos entre los años de 1975 y 1985, periodo en que se llevó a efecto el desarrollo capitalista de la agricultura y se concentran las tierras productivas en unos cuantos, lo que trajo como consecuencia un elevado incremento de los campesinos sin tierra y, por tanto, de la pobreza en el país. Ante estos hechos, el MST fijó su objetivo en la reforma agraria y el mejoramiento de las condiciones de vida de la sociedad. Este movimiento es uno de los más grandes de América Latina, su máxima instancia es el Congreso Nacional que ha llegado a reunir a más de 15 mil delegados en representación de por lo menos un millón y medio de campesinos, es un movimiento de masas autónomo sin filiación partidista, sindical ni religiosa. Su principal fundamento teórico y filosófico es el marxismo y la célula de organización más importante es la familia. El Movimiento de los

Trabajadores Rurales Sin Tierra se ha enfrentado con su demanda y sus movilizaciones a la política hostil del Estado como sucedió durante el gobierno del presidente Jair Bolsonaro, quien le declaró la guerra al movimiento, acusándolo de terrorista por la ocupación de tierras agrícolas en estado improductivo. Actualmente la esperanza de lograr la reforma agraria popular se encuentra en el aire con Luiz Inácio Lula da Silva como presidente de Brasil, quien a su vez tiene una nueva oportunidad de hacer realidad dicha demanda.

El otro movimiento latinoamericano conformado básicamente por indígenas tuvo su aparición el 1 de enero de 1994 en México, específicamente en el estado de Chiapas, esto ocurrió el mismo día que entraba en vigor el Tratado de Libre Comercio entre México, Estados Unidos y Canadá, y durante el gobierno del presidente Carlos Salinas de Gortari. El surgimiento de este movimiento fue con aproximadamente mil efectivos que en poco tiempo sumaron diez mil según menciona Montemayor (1997:44) en su libro *Chiapas, La rebelión indígena de México*. Los indígenas que llevaban puesta una capucha estilo pasamontañas atacaron y tomaron varias cabeceras municipales de la sierra de Chiapas.

Las demandas del EZLN se dieron a conocer en un documento que se llama *Declaración de la Selva Lacandona*, el cual comprendía once puntos resumidos en trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz. Asimismo, en una ampliación de sus demandas exigían un gobierno de transición democrática y un nuevo Constituyente que asegurara en la legislación y en los hechos el cumplimiento de las demandas fundamentales del pueblo mexicano: democracia, libertad y justicia. Dos años después de este levantamiento y tras la realización de diálogos de paz, negociaciones y diversas manifestaciones de apoyo al EZLN por parte de la sociedad civil se dan a conocer *Los Acuerdos de San Andrés sobre Derechos y Cultura Indígena* firmados en San Andrés Larráinzar, Chiapas por el gobierno de México y el EZLN, en este documento se pacta el compromiso de modificar la Constitución Mexicana en lo correspondiente a la otorgación de derechos a los pueblos indígenas mexicanos, lo cual implicaba su autonomía entre otras demandas que también incluían a los pobres de México. El sociólogo francés Ivon Le Bot citado por Gil Olmos (2019), define al *zapatismo* como una antiguerrilla “en medio de un grupo armado y un movimiento social”. Actualmente el zapatismo “es uno de los movimientos sociales indígenas de mayor influencia en los grupos antisistémicos del mundo y en las organizaciones y pueblos indígenas de México y América Latina, y seguramente será un actor activo en este gobierno de Andrés Manuel López Obrador” (Gil, 2019). No obstante, esta apreciación, la política actual (2022, 2023) en cuanto a las relaciones entre el presidente López Obrador y el EZLN se encuentra sin interacción dialógica y la interpelación del mandatario para el encuentro, se ha topado con la resistencia del movimiento zapatista que mantiene su desconfianza e incredulidad tanto a la figura del presidente como al Estado que él representa para concordar política e ideológicamente con sus demandas. Situación que presenta ciertas similitudes con el proceso histórico y de interacción política entre el presidente Lula y el MST.

El Movimiento Zapatista, al igual que el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra, develan con su lucha, la marginación y pobreza indígena y campesina en México y Brasil, como parte de la realidad latinoamericana en la que se conjugan las viejas prácticas de dominación y poder político y económico con los procesos hegemónicos propios de la globalización neoliberal. Tal confrontación implica fortalecer los procesos de organización e identidad, los repertorios de acción colectiva y los productos socioculturales emergentes que les dan vigencia y continuidad a estos movimientos.

RUPTURISMO, REPERTORIOS Y PRODUCCIÓN SOCIOCULTURAL EMERGENTE DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES LATINOAMERICANOS

Los movimientos aquí referidos son rupturistas de origen, pero también singularizados cada uno por sus repertorios de contestación. Son rupturistas porque, en palabras de Guerrero Tapia (2004), “generan oposiciones, transgreden el orden de lo establecido”, oposiciones y transgresiones cuya base, además de la razón fundante que los mueve, se sostienen en la interacción como base de toda acción colectiva. A partir de los procesos interactivos e intersubjetivos se generan los repertorios de contestación planteados por Tilly (1995) y que singularizan a cada movimiento como acción colectiva. Estas maneras de expresarse y orientar la transgresión constituyen el proceso que caracteriza a cada uno de los movimientos de acuerdo con las estrategias, tácticas y utensilios que tienen lugar durante la acción (Aguilar, 2008).

Como acción colectiva estos movimientos trascendieron las manifestaciones y olas de protesta espontáneas y esporádicas, debido a que desarrollaron continuidad y resistencia, movilizándose con base en una causa unificadora, en aspectos políticos e ideológicos, identitarios y en interacciones entre sus miembros. Esto último especialmente, constituye un factor clave para la generación de los repertorios de protesta como acciones contestatarias o de confrontación (Tilly, 1995; Tarrow, 1997).

En el repertorio de protesta se manifiestan diversos aspectos culturales presentes en los sujetos de la acción colectiva, las formas tradicionales de organización, solidaridad, interacción, los límites de la legalidad y las maneras de plantear, sentir y exigir la justicia. Se configuran además las formas creativas de innovación y participación, el repertorio es producto de la colectividad, la interacción y el contexto sociocultural político y económico en que nace.

Algunos ejemplos emblemáticos referidos por Garretón (2002) que se han distanciado del paradigma clásico de acción colectiva son: “los movimientos de derechos humanos y los movimientos democráticos bajo las dictaduras, movimientos étnicos como los de Chiapas o las redes de organizaciones sociales y experiencias de barriales de ciudadanía en Perú”. El autor menciona, además, que estos movimientos, no obstante, aún incorporan y redefinen muchos de sus elementos como sucede claramente con el Movimiento de los Sin Tierra de

Brasil (p.8). El nuevo paradigma se orienta a romper con las perspectivas esencialistas en el que “un sistema económico dado corresponde necesariamente una determinada forma política o cultural o viceversa”.

En el paradigma aparecen niveles, dimensiones y esferas, donde los hechos se determinan de manera flexible, y donde acontecen comportamientos individuales y relaciones interpersonales. Entre los diversos elementos imbricados, pero autónomos a la vez, se localizan las necesidades materiales de la sociedad, la economía, convivencia, conflictos, estratificación y jerarquización social en relación con la estructura u organización, representaciones simbólicas, diversidad de la sociedad civil y formas diversas de socialización. Bajo esta perspectiva, el análisis se centra en los actores, su constitución e interacción.

Los actores sociales, en cierto sentido salvaguardados por la sociedad civil, como se evidenció en el movimiento zapatista en sus inicios como EZLN, se movilizan y dirigen su repertorio en contra de las diversas manifestaciones de poder frente a lo subalterno y frente a la agresión o violación a los derechos humanos. Esto acontece en una esfera cultural que rompe con la idea de homogeneidad y destaca la diversidad, interculturalidad e igualdad de derechos.

Por un lado, la cultura se constituye como un ejercicio de poder, y por otro, la identidad como fuente de cohesión e interacciones, estas dimensiones –reto- mando el pensamiento de Chiu (2007: 141)– generan prácticas materiales y a través de éstas se construyen nuevos significados, valores y subjetividades. El Movimiento Zapatista como los otros dos movimientos aquí referidos, pasan a formar parte de la globalización y se convierten en movimientos latinoamericanos con algunos rasgos de los NMS y a la vez conectados a los llamados movimientos tradicionales.

Una de las dimensiones relevantes de los actores de los NMS es, según Melucci (citado por Chiu, 2007), la conexión identitaria que establecen mediante un proceso de construcción, lo cual representa una característica inicial en los tres movimientos sociales latinoamericanos. La construcción de la identidad en el sujeto de los NMS se resuelve según Melucci, mediante un proceso que consta de tres elementos:

a) La permanencia de una serie de características a través del tiempo; b) la delimitación del sujeto respecto de otros sujetos, y c) la capacidad de reconocer y de ser reconocido.

Esto implica que en un conflicto se ponga en juego la identidad colectiva, entendida como la definición que produce el actor sobre sí mismo y el campo social (Chiu, 2007: 143).

En estos tres movimientos latinoamericanos, que surgen en oposición a las políticas establecidas por el Estado, se muestran los tres factores propuestos por Scribano (2005): las protestas en el tiempo-espacio, el conflicto o los conflictos y los colectivos. De inicio, estos tres elementos nos permiten “evaluar el peso de las protestas en los cambios y

modificaciones de las relaciones sociales”. No obstante que sus demandas continúan vigentes, han crecido en su nivel de participación social, incluyendo otras demandas que se suman a las fundantes y que en algunos casos se vinculan a la *producción de proyectos socioculturales emergentes* que además de cumplir con una función social, interpelan a las diferentes esferas de poder, mostrándoles los vacíos existentes que tales esferas han provocado en la sociedad. Otro de los aspectos que presentan, es el reconocimiento y apoyo que han despertado en diferentes sectores de la sociedad civil. Resulta significativo el hecho de que su participación haya trascendido a las manifestaciones de protesta clásica y que sus acciones rompan los límites de la política de lucha tradicional, generando diferentes tipos de discurso y una producción que abarca otras esferas de la vida sociocultural. En este sentido, las Madres de Plaza de Mayo han hecho presencia en ámbitos como la educación y la cultura a través de formas más institucionales y socialmente orgánicas como la apertura de una Universidad Popular, una biblioteca con café literario, una radiodifusora abierta y por Internet, y una página web. Por otro lado, el EZLN ha generado procesos similares en las comunidades indígenas de Chiapas, además de la producción literaria y de divulgación como libros y revistas impresas.

La cultura, las instituciones, la tecnología, la comunicación constituyen las esferas que transitan entre lo local y lo global, lo económico implica en buena medida una consecuencia y una causa, es decir estos movimientos, se sostienen gracias a recursos externos (fundaciones, donaciones), pero también por la producción que realizan como en el caso de las Madres de Plaza de Mayo y los neozapatistas, producción que no sólo es tangible, sino de enlaces y procesos. En todo esto, se encuentran las representaciones, los signos, los símbolos y el cuerpo. Son los sujetos sociales en su acción colectiva: las Madres de Mayo, que se presentan y se representan como lo que son: mujeres, madres, abuelas, que se manifiestan y salen a las calles, que alzan el puño, que gritan y lloran, porque los cuerpos de sus hijos han sido asesinados o desaparecidos de manera brutal, porque ellas han pagado con su propio cuerpo como es el caso de las madres y las dos religiosas desaparecidas. Es pues el cuerpo que se refuerza con otros símbolos de identidad, la pañoleta que representa los pañales que forman parte de la historia de sus hijas y sus hijos, la Plaza de Mayo que simboliza el punto de encuentro público de la sociedad y de las víctimas. Los zapatistas por su parte, inician colocando sus cuerpos en la lucha, abanderados por símbolos, imágenes y discursos que les identifican y que fortalecen su identidad: “Más vale morir de pie que vivir de rodillas”, para no desconectarse de Zapata, “Para todos todo para nosotros nada”, donde se resume la vida y la muerte de los cuerpos, el imaginario que se traduce en el objetivo de su lucha: la entrega, la trascendencia, las conquistas indígenas que más allá de eso, apuntan hacia la libertad y la justicia social para todas y todos. El cuerpo se presenta encapuchado porque es parte de su protección, del rostro tantas veces golpeado, pero también porque “Todos somos Chiapas”, “Todos somos México”. “Todos los pueblos del mundo”, porque “tuvimos que cubrirnos el rostro para poder

ser vistos". La estrella, las armas, las cananas, el color negro, los discursos poéticos o chuscos son todos símbolos de transgresión a lo establecido hegemónicamente.

En cuanto al Movimiento de los Sin Tierra, los espacios que abre para establecer una conexión hacia otras esferas y ámbitos de la vida sociocultural se conducen en dos dimensiones: una con ciertos anclajes en las formas de acciones tradicionales, y otra liberándose de lazos de dominación y posicionándose a la vez en los diferentes niveles de participación social y cultural. En este sentido, Navarro (2011) refiere: "difícilmente dejará de ser consensual la identificación de la emergencia de las luchas sociales en áreas rurales, particularmente aquellas emprendidas por los llamados sin tierra como las más emblemáticas y distintivas del periodo" (p.146). De Carvalho (2011) por su parte en un debate con Navarro, sobre la emancipación del MST menciona lo siguiente:

el MST nació emancipándose de la tutela de dos órdenes de instituciones que al mismo tiempo que le dieron vida, podrían haber comprometido su libertad: las iglesias y los sindicatos de trabajadores rurales. También, en una dinámica participativa con otros movimientos y organizaciones sociales de redescubrimiento de nuevos caminos para la lucha por la tierra, fue emancipándose de los partidos políticos, del Estado e, internamente, del centralismo burocrático, que la búsqueda por la unidad estratégica de lucha en un país con las proporciones territoriales y culturales de Brasil insinuaba (p. 181).

En el 2024, el MST estará celebrando ya sus 40 años de lucha por la tierra. Este movimiento rupturista latinoamericano ha sido notable por su organización e inspirado en su *mística* y solidaridad ha sostenido su lucha de cara a las barreras del Estado y trascendido en el tiempo a otras luchas de donde surge una producción sociocultural encauzada hacia la educación y la justicia social. Como refiere Cañadell (2014), que en sus años de existencia el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), además de ocupar tierras y construir asentamientos, promueve cooperativas, y potencia la educación "formando a sus maestras y maestros en una pedagogía propia inspirada en Paulo Freire, ligada a la lucha por la tierra, la historia de los asentamientos humanos y el respeto por la naturaleza". En relación con esto último destaca el proyecto agroecológico del movimiento, enfocado hacia una mejor alimentación del pueblo.

En estos tres movimientos también se manifiesta la lucha por la autonomía, la libertad en cuanto a la toma de decisiones y mantenerse libres de la influencia de instituciones u organismos externos. Los movimientos rupturistas latinoamericanos que aquí hemos tratado, desde su inicio, irrumpen las esferas del poder político-económico del Estado y las clases dominantes, interpelan a las instituciones hegemónicas, actuando eventualmente en contra del orden establecido, sin embargo, aun considerando el inicio del Movimiento Zapatista, con un EZLN armado, no es un rupturismo extremo en el que las estrategias de la acción colectiva se encaminan hacia la desarticulación del Estado para la toma del poder, como fue el comunismo rupturista referido en su tesis por Lo (2012) o la Vía rupturista del

Movimiento de Izquierda Revolucionaria planteada por Casals (2010) durante el gobierno de Salvador Allende en contraparte a la izquierda “sistémica” como camino revolucionario no institucional.

Las Madres de Plaza de Mayo, los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) y los Zapatistas o Neozapatistas, son movimientos rupturistas por su capacidad de confrontación y apertura de brechas en las esferas de poder; son trascendentes porque van más allá de su razón fundante y de los ámbitos locales o nacionales; son vigentes porque lejos de concluir sus procesos en objetivos truncados, reducidos o negociados, han permanecido activos y organizados como acción colectiva con sus demandas y adecuaciones contextuales, coyunturales, políticas, ideológicas y socioculturales. El trascender y mantener su vigencia ha requerido una dinámica de estrategias, en la que lo político y lo sociocultural adquiere sentido, gracias a los procesos de interacción que se concretizan en repertorios de contestación adecuados a los contextos y con creativos o emergentes recursos, medios o performances políticos. Además de los repertorios, estos movimientos legitimados por el reconocimiento social de sus demandas originales, la incorporación de nuevas demandas sociales, las formas de significación y resignificación que adquieren los espacios públicos donde se manifiestan y la manera como se ven representados por ellos los grupos vulnerables y marginados, desarrollan diversos productos que no sólo fortalecen su permanencia, sino que con éstos, inciden en la atención de problemas o necesidades sociales mediante la *producción sociocultural emergente*, es decir, la generación o construcción de productos socialmente necesarios que evidencian los vacíos socio-culturales existentes que mantiene el Estado, e interpela a la sociedad misma para fortalecer su vigencia como organización y acción colectiva.

Es así como estos movimientos rupturistas latinoamericanos, conceptualmente también son disruptivos, pero específicamente rupturistas como acción colectiva, entendidos de esta manera por su trascendencia, reconocimiento, representación e interconexión nacional e internacional y aunque presentan ciertos rasgos de los NMS no se caracterizan así, mantienen su relación e interacción con diversos sectores sociales, al tiempo que constituyen instancias contestatarias y de presión al sistema de poder establecido.

REFERENCIAS

Aguilar S., S. (2008). Homenaje a Charles Tilly. Las relaciones constituyen las unidades sociales básicas: En la muerte de Charles Tilly. Barcelona: Editorial Hacer, S.L.

Cañadall, R. (2014). VI congreso del MST. Lucha, esperanza y dignidad. *El viejo topo* No. 316, mayo. Recuperado de <https://www.elviejotopo.com/articulo/vi-congreso-del-mst-lucha-esperanza-y-dignidad/>

Casals, M. (2010). El alba de una revolución. La izquierda y el proceso de construcción estratégica de la “vía chilena al socialismo”. 1956-1970. Santiago de Chile: LOM

Chihu A., A. y López G., A. (2007). La construcción de la identidad colectiva en Alberto Melucci. Polis, vol. 3, núm. 1, pp. 125-159

De Carvalho, H. M. (2011): "La emancipación del movimiento en el movimiento de emancipación social continua (Respuesta a Zander Navarro)", en Boaventura de Sousa, Santos (org.). *Producir para vivir. Los caminos de la producción no capitalista*. México: FCE.

Dos Santos, M. (2004). Brasil: Raíces del MST. Rebelión, El Caballero de la Esperanza. *Periódico Electrónico de Información Alternativa*. Recuperado de www.rebellion.org

Flórez-Flórez, J. (2005). "Aportes postcoloniales (latinoamericanos) al estudio de los movimientos sociales". *Tabula Rasa*. Bogotá, Colombia, No.3: 73-96, (enero-diciembre).

Flórez-Flórez, J. (2007). Lectura no eurocéntrica de los movimientos sociales latinoamericanos. Las claves analíticas del proyecto modernidad/colonialidad. En Castro-Gómez, Santiago y Gros-Foguel, Ramón (comps). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

Funes R., M. J. y Monferrer T., J. (2003). "Perspectivas teóricas y aproximaciones metodológicas al estudio de la participación". En Funes R., M. J. y Adell, R. (coords.) *Movimientos Sociales: Cambio Social y Participación*. Cap. 1. Madrid, España: Editorial UNED. pp: 1-42.

Galeano, E. (1971). *Las venas abiertas de América Latina*. México: Siglo XXI Ed.

Garretón, M. A. (2002). La transformación de la acción colectiva en América Latina. *Revista CEPAL* No. 76, Santiago de Chile, ONU/CEPAL.

Gil Olmos., J. (2019). "Los zapatistas hoy". *Revista Proceso*, 2 de enero de 2019. México. Recuperado de <https://www.proceso.com.mx/565950/los-zapatistas-hoy>

Guerrero T., A. (2006). Representaciones sociales y movimientos sociales: ruptura y constitución de sujetos. *Cultura y representaciones sociales* Año 1, núm. 1 (septiembre). Recuperado de <https://www.scielo.org.mx/pdf/crs/v1n1/v1n1a1.pdf>

Jiménez M., M. de J. y Ramírez J., J. (2010). "La acción colectiva y los movimientos sociales campesinos en América Latina". *Interciencia*, vol. 35, núm. 9, septiembre, pp. 704-708 Venezuela: Asociación Interciencia.

Lo Ch., D. (2012) *Comunismo rupturista en Chile (1960-1970)*. Tesis Licenciatura en Historia. Universidad de Chile, Facultad de Filosofía y Humanidades Depto. de Ciencias Históricas.

Melucci, A. (1999). *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. Cap. I, *Teoría de la acción colectiva*, pp. 25-54, México: El Colegio de México.

Montemayor, C. (1997). *Chiapas, La rebelión indígena de México*. México: Joaquín Mortiz.

Navarro, Z. (2011) Movilización sin emancipación. Las luchas sociales de los sin tierra en Brasil, en Boaventura de Sousa, Santos (org.). *Producir para vivir. Los caminos de la producción no capitalista*. México: FCE.

Olson, M. (1992). *La lógica de la acción colectiva*, México: Limusa.

Ortiz C., K. (2012). Las Madres de la Plaza de Mayo y su legado por la defensa de los derechos humanos. *Trabajo Social* N.º 14, enero-diciembre, Bogotá.

Rauber, I. (2006). Luchas y organizaciones sociales y políticas: Desarticulaciones y articulaciones. *Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestro tiempo*. México: UNAM-Instituto de Investigaciones Sociales. Recuperado de https://conceptos.sociales.unam.mx/conceptos_final/461trabajo.pdf [Consultada el 18 de Sept., 2019]

Scribano, A. (comp) (2005). *Geometría del Conflicto: Estudios sobre Acción Colectiva y Conflicto Social*. Córdoba: Universitas.

Tarrow, S. (1997). *El poder en movimiento Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Madrid: Alianza Editorial.

Tilly, Ch. (2016) *Popular Contention in Great Britain 1758-1834*. New York: Routledge.

PIERRE BOURDIEU E A PERSPECTIVA DIALÓGICA NO CAMPO EDUCACIONAL COM A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA INGLESA

Data de aceite: 01/09/2023

Divino Carvalho de Souza

Mestrando em Educação pela Faculdade de Inhumas – FACMAIS
Professor da rede básica de educação do Estado de Goiás -SEDUC-GO

Marcelo Máximo Purificação

(Orientador)

Pós-Doutor em Educação pela Universidade de Coimbra – FPCE-UC.
Doutor em Educação pela ULBRA
Doutor em Ensino (Educação Matemática e Tecnologia) – UNIVATES
Doutor em Ciências da Religião pela PUC-Goiás.

Professor Permanente no Mestrado em Educação da Facmais.

RESUMO: Este texto pretende relatar as possibilidades de interfaces entre a teoria sociológica de Pierre Bourdieu e a pesquisa sobre formação de professores. Refere-se às possibilidades de compreensão estabelecidas na sociologia a respeito da elaboração do conhecimento científico e dos determinantes de campo, habitus e capitais associados aos sujeitos e suas posições. Verificam-se o potencial de aplicação da teoria sociológica de Pierre Bourdieu a objetos privilegiados de

investigação, como as práticas pedagógicas e a formação de professores, e a sua contribuição para explicar o que acontece no campo educacional. Dada a natureza da escrita e a crença de que diferentes formas de produzir estudos pedagógicos são possíveis e desejáveis, as conclusões não são explicitadas, mas é oferecida uma multiplicação de questões decorrentes da construção de ideias e modos de pensar.

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente. Campo da educação. A língua inglesa. capital cultural.

PIERRE BOURDIEU AND THE DIALOGICAL PERSPECTIVE IN THE EDUCATIONAL FIELD WITH THE TRAINING OF ENGLISH LANGUAGE TEACHERS

ABSTRACT: This text intends to report the possibilities of interface between Pierre Bourdieu's sociological theory and research on teacher education. It refers to the possibilities of understanding established in sociology regarding the elaboration of scientific knowledge and the field determinants, habitus and capitals associated with subjects and their positions. The potential for applying Pierre Bourdieu's sociological theory to privileged objects

of investigation, such as pedagogical practices and teacher training, and its contribution to explaining what happens in the educational field are verified. Given the nature of writing and the belief that different ways of producing pedagogical studies are possible and desirable, the conclusions are not made explicit, but a multiplication of questions arising from the construction of ideas and ways of thinking are offered.

KEYWORDS: Teacher education. Education field. The English language. cultural capital.

INTRODUÇÃO

O campo educativo é vasto e, neste contexto, a compreensão do trabalho educativo e a produção de conhecimento na formação de professores é da maior importância para a comunidade científica. Conhecer as condições e possibilidades bem como o suporte lógico e disciplinar deste conhecimento nas suas dimensões histórica e social é fundamental para todos aqueles que intervêm no ensino em instituições ou escolas e não apenas para aqueles que produzem modos de produção, o poder de transformá-los em favor de maior justiça e melhores condições de vida para todos aqueles que dependem da escola. Que este itinerário de leituras, que mostra os pontos-chave do pensamento de Bourdieu, lido em busca de uma interpretação mais correta, nos permita, nos tempos em que vivemos, colocar-nos questões que nos ajudem a ampliar nossos caminhos (Catini, 2022).

Pierre Félix Bourdieu nasceu em 1º de agosto de 1930 em Denguin, França. A economia da cidade era baseada na agricultura. Seu pai era carteiro e sua mãe vinha de uma família de agricultores. Casaram-se em 2 de novembro de 1962 e deste casamento nasceram três filhos (Nogueira; Nogueira, 2009). Porém, vindo de uma família com poucos recursos, teve uma trajetória brilhante nos estudos. Ele frequentou a escola primária em sua cidade. Bonnewitz (2003) mostra que Bourdieu estudou no Liceu de Pau, no Lycée Louisle-Grande, na Faculdade de Letras de Paris e na École Normale Supérieure. Foi professor assistente de filosofia e foi nomeado membro do Lycée de Moulins em 1955. De 1958 a 1960 foi também professor na Faculdade de Letras de Argel, de 1961 a 1964 em Lille e em 1964 na École des Hautes Studies em Ciências Sociais. Tornou-se titular da cátedra de sociologia do Collège de France em 1981, ao lado das funções de diretor de estudos da EHESS, diretor do Centro de Sociologia Europeia e diretor da revista “Actes de la recherche en sciences sociales (ARSS)”, desde a sua criação. criado em 1975. (Borges, 2018).

Bourdieu deixou um grande legado na educação e suas ideias ainda têm grande influência nesta área. Em seus estudos mostrou que a escola é um espaço de reprodução de estruturas sociais e de transmissão de capital de uma geração para outra. O patrimônio econômico da família transforma-se em capital cultural, que a escola valoriza porque está diretamente ligado ao desempenho dos alunos. Estudantes de origem popular acabam se interessando pela trajetória daqueles que obtiveram sucesso por meio de esforços recompensados (Nogueira; Nogueira, 2009). Esta perpetuação das desigualdades

educativas torna-se visível quando observamos o insucesso escolar, que leva as famílias a investir menos esforços na aprendizagem e que posteriormente afetará a sua escolha profissional (Borges, 2018).

Para Bourdieu (2002), o capital cultural pode existir em três formas: no estado corporificado, ou seja, na forma de disposições duradouras do organismo; em estado objetivado, sob a forma de bens culturais - imagens, livros, dicionários, ferramentas, máquinas, que constituem a prova ou realização de teorias ou críticas de tais teorias, de problemas, etc.; e por fim, no Estado institucionalizado, uma forma de objetivação que deve ser deixada de lado porque, como vemos no caso do certificado escolar, ele confere ao capital cultural propriedades integralmente originais - das quais seria o fiador (Bourdieu, 2002).

Para Stival e Fortunato (2008), sublinham que o percurso intelectual de Bourdieu propõe uma análise do ambiente escolar e das suas relações sociais, através da compreensão da sua função ideológica, política e legitimadora de uma ordem arbitrária em que o sistema de se dá nas escolas. Mas Bourdieu opõe-se a qualquer forma de dominação da realidade social. Quando as crianças da classe trabalhadora chegam à escola, os valores e conhecimentos que trazem consigo são rompidos, desprezados, ignorados e desconstruídos. Ao serem colocados neste espaço, precisam aprender novos modelos ou padrões de cultivo. Portanto, para os estudantes das classes dominantes, o sucesso acadêmico se torna mais fácil, pois não precisam desconstruir ou aprender uma nova cultura.

Um exemplo prático desse aprender de uma nova cultura é o ensino de língua estrangeira, onde se localiza a língua inglesa. No currículo esses componentes fazem parte do eixo classificado como diversidade, complementando a base nacional comum, que pode ser interpretada pelas autoridades escolares como menos importante. Esta avaliação analítica por parte dos responsáveis escolares leva a uma certa flexibilidade e decisão sobre como a língua estrangeira deve ser trabalhada em cada centro educativo, para cumprir a legislação. Daí a operacionalização do currículo nas escolas para ampliar ou limitar os aspectos que consideram relevantes ou não. (Correia, 2018).

Propostas de pesquisas que enfatizam histórias de vida e relações autobiográficas, numa perspectiva prospectiva que busca elementos para pensar a formação de novos professores como estratégias para estudar as práticas e carreiras dos professores, têm sido evidenciadas pela compreensão de que as concepções sobre as práticas pedagógicas não são construídos apenas em cursos de formação, mas têm raízes em contextos e histórias individuais que, por vezes, até antecedem o ingresso na escola e se estendem ao longo da vida (Medeiros, 2009).

Nesses contextos e história individuais é importante perceber as fases de construção do fato sociológico ocorreram por meio da pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como base para escolha as concepções de Pierre Bourdieu e seu olhar para o

campo educacional, levando em consideração a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN -9394/96) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para auxiliar no desenvolvimento dos currículos escolares que vem sendo amplamente discutido pelos órgãos governamentais desde o início da década de 1990 (GONTIJO, 2015).

Olhando o campo educacional, a partir do aporte teórico dos artefatos legais acima citados, percebe-se que o objetivo é de democratizar a educação básica no país e torná-la mais igualitária. A aprovação deste documento normativo suscita ações políticas relacionadas à língua e aos interesses de poder nela envolvidos. As razões para esta situação se devem ao fato da língua estar intimamente ligada à sociedade e à cultura, bem como à importância do desenvolvimento de políticas de acordo com o contexto globalizado em que os estudantes estão inseridos hoje (ROCHA; DIEZ, 2018); (Torre; Terras, 2021).

Cruzando esses artefatos legais a noção de competência (NC), vista a partir da perspectiva de Sandrin; Terrazzan (2001), percebe-se que a NC é proposta como uma “concepção nuclear na orientação” dos processos de formação de professores no Brasil. Visando conciliar teoria e prática, a NC constitui um dos dois principais objetivos a serem adotados na formação de graduação, conforme previsto nos artigos 3º e 4º da resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui o Sistema Nacional de Ensino. Diretrizes Pedagógicas para a formação de professores da educação básica (BRASIL, 2002a). O NC apresenta uma lógica interna baseada em dois pilares principais: o conceito de habitus do sociólogo e filósofo francês Pierre Bourdieu e os conceitos de esquema de ação e esquema de pensamento desenvolvidos pelo biólogo, psicólogo e sociólogo Jean Piaget (1896-1980). Como sociólogo, Bourdieu preocupava-se com a educação e, em particular, com a função reprodutiva das práticas sociais (GONÇALVES; GONÇALVES, 2010), de modo que sua obra forneceu instrumentos conceituais e classificatórios para as pesquisas na área. educativo.

Nesse universo a formação de professores de línguas estrangeiras tem enfatizado a reflexão crítica na avaliação das práticas de formação profissional (Schön, 1987). Dependendo das situações vivenciadas em sala de aula, a formação docente pode ou não possibilitar a elaboração de insumos que atendam às necessidades dos alunos. A formação específica é extremamente importante, mas a formação não específica e abrangente também desempenha um papel importante na compreensão da distância que separa o professor de língua estrangeira do aluno da escola pública. É a situação em que o professor deve abrir os olhos para as excentricidades do seu público, perceber as manifestações individuais e coletivas, refletir sobre a eficácia ou não da sua prática e criar novas formas de encarar a experiência (Correa, 2018).

Entre os vários problemas que permeiam a formação de professores de línguas estrangeiras, constatamos que muitos alunos, para além de professores em exercício, ainda carecem de competências eficazes para comunicar oralmente numa língua estrangeira, o que constitui um dos principais obstáculos com que se deparam. Diante dessa realidade,

é importante refletir sobre outras possibilidades de melhoria da formação docente e refletir sobre possíveis canais e/ou ferramentas didáticas que possam aprimorar a licenciatura em Letras, especialmente no processo de aquisição de competências comunicativas. Portanto, para atingir esse objetivo é necessário, como primeiro passo, compreender a falta de competências comunicativas no domínio da escuta e da fala no processo de formação e profissionalização de professores de inglês, numa perspectiva nacional, mas sobretudo um regional. (Borges, 2015).

DESENVOLVIMENTO

Iniciamos esta reflexão abordando pontos das políticas públicas de educação que têm impacto (in)direto nos currículos escolares de Línguas Estrangeiras (LE) e em particular no ensino da Língua Inglesa (LI). A criação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para auxiliar no desenvolvimento dos currículos escolares tem sido amplamente discutida pelos órgãos governamentais desde o início da década de 1990 (Gontijo, 2015). Em dezembro de 2017, sua última versão foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) com o objetivo de democratizar a educação básica no país e torná-la mais igualitária. (Rocha; Diez, 2018). A aprovação deste documento normativo suscita ações políticas em vários campos, aqui, abordaremos de maneira sucinta o campo da formação de professores e o campo do currículo, atentando-se a língua estrangeira (inglês) e aos interesses de poder nela envolvidos.

A BNCC também prevê, sem alargar o olhar na dimensão intercultural, que o aluno da educação básica possa (Brasil, 2017, p.219) produzir textos (infográficos, fóruns de discussão online, reportagens fotográficas, campanhas publicitárias, memes, entre outros). questões de interesse coletivo, local ou global, que revelam uma posição crítica. Para desenvolver estas competências, a inclusão dos alunos numa situação curricular deve ser pensada também no intuito de promover o desenvolvimento da autonomia, e cultural, com um propósito real, possibilitando a tomada de decisões, comparando soluções, oferecendo meios para conhecer outras culturas, bem como o intenso contato com a língua estrangeira e com os demais componentes do currículo. (Silva; Pacheco, 2020).

Esses círculos, representam a expansão do inglês, mostrando que a língua inglesa é uma língua com três círculos de influência. Da mesma forma, no círculo mais estreito estão os países que têm o inglês como primeira língua (Estados Unidos, Reino Unido, Irlanda, Canadá, Austrália e Nova Zelândia). O círculo exterior, por outro lado, incluirá locais onde a língua desempenha um papel importante como segunda língua por razões históricas ou culturais, como Singapura, Índia, Malawi e mais de 50 outros países. Finalmente, no círculo em expansão estão os países que reconhecem a importância do inglês como língua internacional, mesmo que não tenham sido colonizados por membros do círculo interno (por exemplo, China, Rússia, Japão, Grécia, Polónia e, como eles, países, sugere o próprio

círculo, muitos outros, entre estes, ou o Brasil). (Torres; Terres, 2021).

Para melhor compreender a noção de competência de que trata o aporte jurídico da Resolução CNE/CP n. 1/2002, discutida por Sandrin e Terrazzam (2011), e melhor compreender as finalidades educativas advindas com a BNCC, é importante destacar alguns momentos históricos. Em primeiro lugar, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e seu artigo 210, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394 que, em seu o artigo 26, que visa regulamentar uma base nacional comum para a educação básica no país. Também nos anos de 1997, 1998 e 2000, foram lançados Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para a educação básica, com o objetivo de aconselhar as instituições de ensino na execução das suas atividades transversais e orientar o desenvolvimento dos currículos. (Torres; Terres, 2021).

O ideal seria que a educação, sem distinção, fosse o universo social da formação integral do aluno, mas que o próprio cotidiano impusesse uma regulação de acordo com a especificidade das diferentes situações. Também pelo fato de que se o aluno da educação básica cumprisse pontualmente o horário escolar do ensino fundamental e médio, teríamos um perfil de alunos com menos variações nos argumentos inseridos no que Brandão chama de “problemas do cotidiano”. A escola, como ícone da formação humana e da importância de cada disciplina, não reside na quantidade de trabalho neste ou naquele curso, mas na existência de conteúdos qualitativamente interessantes que possam satisfazer qualitativamente as necessidades humanas (Corrêa, 2018).

Diante do exposto, chamamos a atenção para a formação de professores e o impacto desta política no perfil dos novos professores e no nível de conhecimento esperado nas escolas públicas. A formação de professores está diretamente ligada à ministração de cursos em escolas, centros universitários e universidades públicas e privadas que oferecem cursos para quem deseja aplicar seus conhecimentos em um processo de ensino e aprendizagem. O questionamento da formação de professores está diretamente relacionado ao discurso e à ação e é identificado no pensamento de Dewey (1979); Schön (1987), Freire (1996), Tardif (2000) e (Corrêa, 2018).

Dewey acredita que quem não aprende a exercitar o pensamento reflexivo e é guiado por impulsos pode facilmente ficar à mercê de influências externas. É através da educação que o homem pode desenvolver o pensamento reflexivo, pois a escola deve sublinhar e garantir esse desenvolvimento e formação da mente lógica e disciplinada. Disciplina e liberdade são dois exemplos que podem e devem ser combinados no ensino do pensamento. Dewey discute a relação entre o indivíduo e a sociedade, a disciplina coletiva e os interesses individuais, e a formação da liberdade (Dewey, 1959-1979).

Olhando para a perspectiva teórica de Dewey e Freire (1996), o professor assume as qualidades de um líder social, tema que será fundamental para Freire, através dos conceitos de autoridade e autonomia. Segundo Tardif (2000), os programas universitários não dão atenção suficiente à formação profissional porque focam no conhecimento acadêmico,

teórico e científico. A proposta de Tardif é justamente que as pesquisas realizadas no campo da educação se dirijam quase inteiramente ao exame dos conhecimentos que os professores utilizariam no seu cotidiano profissional, sublinhando com muita clareza que o conhecimento profissional não deve ser confundido com o conhecimento que se transfere. (Tardif, 2020).

Segundo Schön (1987), criar e construir uma nova realidade exige ir além das regras, fatos, teorias e procedimentos conhecidos e disponíveis: “Com base nesta perspectiva, que o processo de reflexão nas ações do profissional leva a uma visão construtivista de realidade”. Para este último autor, o conhecimento escolar não resiste a uma análise mais cuidadosa do tema, especialmente no que diz respeito à sua concepção do que é o conhecimento escolar (Schön, 1987).

A partir das perspectivas dos autores anteriores, percebe-se que noção de competência (NC) no campo educacional apresenta uma lógica interna que aproxima de dois pilares principais: o conceito de habitus do sociólogo e filósofo francês Pierre Bourdieu e os conceitos de esquema de ação e esquema de pensamento desenvolvidos pelo biólogo, psicólogo e sociólogo Jean Piaget (1896-1980). Como sociólogo, Bourdieu preocupava-se com a educação e, em particular, com a função reprodutiva das práticas sociais (Gonçalves; Gonçalves, 2010), por isso seu trabalho forneceu ferramentas conceituais e classificatórias para a pesquisa educacional nesse campo. O sociólogo procurou “compreender o conhecimento como construções práticas organizadas e incorporadas em todos os lugares como habitus” (SILVA, 2008, p.90). Ao compreender as habilidades como disposições, expressa uma percepção que vai além de meras qualidades biológicas ou inatas. um domínio específico” (Sandrin; Terrazzan, 2011).

Philippe Perrenoud, sociólogo suíço, define competência como “a capacidade de mobilizar diferentes recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação” (PERRENOUD, 1999). A (NC) está associada à formação, mas também ao conceito mais amplo de educação, que substituiu o conceito de “instrução”. Dessa constatação podemos deduzir que a compreensão no campo profissional está vinculada ao exercício de uma profissão e, portanto, à sua aplicabilidade no campo da formação docente. (Sandrin; Terrazan, 2011).

A tese que Schön (1987) propõe entre o conhecimento adquirido e o conhecimento experiencial é resultado de uma ação pedagógica que se concentra entre a teoria e a prática. Não há distinção entre o seu conhecimento tácito, também chamado de “pensar em ação”, e o conhecimento acadêmico. Contudo, uma questão epistemológica que culmina nas diferentes perspectivas na forma de formação de professores é explicada por Maurice Tardif (2014, p. 245): “[...] são os conhecimentos (habilidades, atitudes, etc.) que eles utilizam efetivamente em seu Trabalho. um diário para completar suas tarefas e atingir seus objetivos? (Correia, 2018).

Nóvoa (1992) enfatiza que a formação de professores deve contar com um profissional reflexivo, autônomo e responsável pela sua formação, cujo conhecimento esteja

centrado no seu desempenho acadêmico, e que este deve ser colaborativo. É necessário, portanto, que seja necessária uma mudança também na escola, tanto na estrutura física e pedagógica, como na política governamental de promoção da educação. Sacristán (1999) alerta que [...] na prática educativa, como em outros campos sociais, a ciência não intervém diretamente na realidade, não nas ações das pessoas, mas na realidade e na qual retorna como instrumento de pensamento que diagnostica, revela e critica, numa ferramenta de reflexão retrospectiva e projeção de ações (1999, p. 117). (Borges, 2015).

Segundo Sturm (2011), as pesquisas contemporâneas no campo da formação de professores de linguística se fortalecem quando isso significa que, além das competências linguísticas, uma visão teórico-crítica também é essencial na formação de professores. Nesta perspectiva o conhecimento é entendido como um processo e não como um produto. Um processo que acontece na sala de aula, espaço onde o professor ensina, mas também aberto aos seus alunos. É interessante compreender que a aprendizagem é um processo de desconstrução e reconstrução, para tentar compreender o processo de aprender, com uma dinâmica pedagógica mais eficaz e adaptada às diferentes realidades dos alunos que o mundo atual apresenta (Borges, 2015).

Isso tudo implica, num movimento contínuo de atualização e manutenção de uma relação dialética com a prática e o campo, o hábito do professor pode ser estudado a partir da verificação do percurso desta profissão. Ao identificar as percepções, avaliações, competências e representações dos profissionais, entendo que a sua prática pedagógica não é uma construção puramente intelectual e é simplesmente o resultado da integração de disposições. Assim, é possível notar que não existe um modelo pedagógico único. Ele constata uma mudança progressiva de interesses, de crescimento e de capital científico, citando a formação de professores ocorrida especialmente na década de 1990 e a identificação de uma nova geração de professores, bem como uma crise de paradigmas hegemônicos no campo da sociologia da educação, exigindo pessoas que atuem de forma multiprofissional e multidisciplinar. Dadas as circunstâncias em que o leitor é produzido e a variação histórica que ocorre no movimento em que a leitura é criada, como se pretende utilizar, observa-se uma mudança na forma de apropriação de Bourdieu (Medeiros, 2009).

CONSIDERAÇÕES

A formação profissional de professores de línguas e a desvalorização do ensino e da aprendizagem de línguas estrangeiras no Brasil têm uma longa história e permearam as reformas educacionais. Desde a colonização, foram criados vínculos com línguas estrangeiras nas escolas onde todos deveriam ter acesso à educação e o assunto continua na pauta das escolas públicas brasileiras. Por exemplo, notamos o potencial anteriormente anunciado na compreensão das práticas pedagógicas como resultado das disposições dos professores, como parte constitutiva e formativa do sistema educativo em cada nível

escolar. Estas práticas seriam o resultado de um processo histórico e de uma operação de conhecimento, estruturada e organizada a partir do habitus e do capital cultural deste indivíduo. Foram assim descritos os reflexos dos conceitos previamente construídos nas relações estabelecidas no espaço escolar e na ação pedagógica. (Medeiros, 2009).

Refletindo sobre as implicações do trabalho para uma melhor compreensão da prática pedagógica, pode-se dizer que foi possível observar empiricamente que a NC, embora intrinsecamente ligada aos objetivos sociais, inclui a ideia de pensamento cívico no quadro da ideais democráticos, tem sido amplamente estudado em seus aspectos políticos, epistemológicos, filosóficos e econômicos. O habitus tem sido o foco de muitos trabalhos acadêmicos centrados na questão educacional, mas parece ser melhor discutido como uma ideia dentro do quadro sociológico, onde o desenvolvimento de uma mente crítica na formação e no bem-estar dos professores é fundamental. (Sandrin; Terrazan, 2011).

No aparato teórico utilizado, percebemos que nas pesquisas sobre formação de professores, a abordagem sociológica de Bourdieu tem sido utilizada para analisar a prática pedagógica como resultado de um processo histórico e de uma operação de conhecimento estruturada e organizada a partir de classificações. O professor traz seu habitus e seu capital cultural para a prática pedagógica e estes interferem na sua forma de ensinar. constatou-se a existência de objetos privilegiados de investigação que exigem apelos à teoria sociológica de Pierre Bourdieu e que são abordados em teses e dissertações como práticas escolares, práticas docentes e trajetórias escolares. É, portanto, importante compreender as ações que levam à formação de provisões; poder simbólico, dominação ou violência; as relações de poder e de sentido estabelecidas na ordem social dominante; o privilégio de uns sobre outros e a lógica oculta dos espaços sociais. Esses objetos de pesquisa combinam-se com uma configuração de pesquisa em educação em ciências que tem enfatizado a presença do trabalho de campo com técnicas recorrentes de observação de material empírico – observação participante, questionários e entrevistas em profundidade (Medeiros, 2009).

REFERÊNCIAS

BORGES, D. S.S. III Congresso de Educação do CPAN. Base Nacional Comum Curricular, impactos na formação de professores, 2018. https://cecpan.ufms.br/files/2019/08/C_24.pdf

BOURDIEU, P. O senso prático. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Tradução: Fernando Tomaz, 16ª ed. Rio de Janeiro Bertrand Brasil Ltda., 2012.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB: passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), comentada e interpretada, artigo por artigo. 2ª edição atualizada. São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

BRASIL. CNE. Resolução CNE/CP 1/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 31. 2002a.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Planalto. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF., 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CORREA, Djane Antonnucci (Org.) Política Linguística e ensino de línguas. Campinas, SP: Pontes, 2014.

DEWEY, John. Experience and Education. New York, Free Press, 2015.

DEWEY, John. *Como Pensamos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DEWEY, John. *Democracia e Educação. Introdução à Filosofia da Educação*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, N.G.; GONÇALVES, S.A. Pierre Bourdieu. Educação para além da reprodução. Petrópolis: Vozes, 2008.

MEDEIROS, C. C. C. A formação de professores e a teoria sociológica de Pierre Bourdieu: interface possível para pesquisas em Educação. CONTRAPONTO – Volume 9 nº 2 – pp. 3 - 16 - Itajaí, mai/ago 2009.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. Bourdieu & a educação. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PERRENOUD, P. Formar professores em contextos sociais em mudança: prática reflexiva e participação crítica. Revista Brasileira de Educação, Belo Horizonte, n. 12, p. 5-19, 1999.

SACRISTÁN, José Gimeno. Educação obrigatória: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

SANDRIN, Maria de Fátima Neves; TERRAZZAN, Eduardo Adolfo. O habitus de bourdieu como fundamento sociológico da noção de competência na formação de professores. CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 11.; CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 1., 2011, Águas de Lindóia. Por uma política nacional de formação de professores... São Paulo: UNESP; PROGRAD, 2011. p. 1217-1227 Available at: <<http://hdl.handle.net/11449/139961>>.

SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (Org.). Os professores e a sua formação. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997. p. 79-91.

STIVAL, M. C. E. E.; FORTUNATO, S. A.O. Dominação e reprodução na escola: visão de Pierre Bourdieu. EDUCERE, Anais..., p. 102 – 109, 2008.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas conseqüências em relação à formação para o magistério. Revista Brasileira de Educação, Belo Horizonte, n. 13, p. 5-24, 2000.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 17ª ed., Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

TORRES, M.C.; TERRES, M. L. Uma análise das concepções de língua. Forum lingüístic., Florianópolis, v.18, n . 3 , p. 6466 - 6478 , j u l./set. 2021.

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior -UNIFIMES - Pós-Doutor pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra - FPCE-UC Portugal (Área de concentração: Educação Superior e Políticas Educacionais), Professor Investigador - 2014-2016 -, supervisionado pela Dra. Teresa Pessoa; Pós-Doutor - pelo Instituto Politécnico da Escola Superior de Educação de Coimbra - IP-ESEC-Portugal (Área de concentração: Formação de Professores, Identidade e Gênero) Professor Investigador - 2017- 2021 -, supervisionado pela Dra. Filomena Teixeira. Doutor em Ensino (Educação Matemática e Tecnologia) -, (Área de concentração: Alfabetização Científica e Tecnológica) pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES, 2018-2022), Doutor em Ciências da Religião (Área de concentração: Religião, Cultura e Sociedade, na linha: Religião e Movimentos Sociais) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - (PUC-Goiás, 2010 - 2014) e Doutor em Educação (Área de concentração: Estudos Culturais, na linha: Currículo, ciências e tecnologias) pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA, 2020-2023). Mestre em Teologia: Educação Comunitária, Infância e Juventude (EST/UFRGS, 2008) e Mestre em Ciências da Educação (UEP, 2009). Possui formação multidisciplinar com graduação em: Ciências Sociais (Faculdade Única), Filosofia (FBB), Matemática (UEG) e Pedagogia (ICSH). Especialista em - Gestão de Sala de Aula no Ensino Superior (UNIFIMES), Docência do Ensino Superior (UCAM) e em Matemática (ICSH). Atualmente é Professor Titular C-II da Fundação Municipal Integrada de Ensino Superior (FIMES/UNIFIMES, 2014-) onde atua em atividades de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação e pós-graduação, vinculado a Unidade Básica das Humanidades e Professor (P-IV Padrão E) da Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC, 1999 -) atuando no componente curricular de Matemática. Atua também como docente permanente nos seguintes programas Stricto Sensu: Programa de Pós-Graduação em Educação da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Paranaíba), na Linha 1, formação docente e diversidade (cooperação técnica), Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas (PPGEDU-FACMAIS), Linha 1 Educação, Instituições e Políticas Educacionais (EIPE) e, do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (Colaboração Técnica), na linha 2 Novas Formas de subjetivação e organização comunitária. Orientou: 1 tese de doutorado, 15 dissertações de mestrado, 20 trabalhos de conclusão de curso de especialização, 113 trabalhos de conclusão de curso de graduação e 9 trabalhos de iniciação científica. Atualmente orienta: 8 dissertações de mestrado, 1 trabalho de conclusão de curso, 1 projeto de iniciação científica e supervisiona 1 projeto de pós-doutorado. Coordena o Grupo de Pesquisa (NEPEM); Colíder do Grupo de Pesquisa em Educação, Tecnologias Sociais e Desenvolvimento no Interior do Amazonas (IFAM). Associado à ANPED/Nacional. Associado à APEDUC -

Associação Portuguesa para o Ensino das Ciências. Membro da Comissão Editorial da Revista Científica da Educação da FACMAIS (2020 -); Membro do comitê científico da Editora Atena (2019 -) e da editora Publishing (2020-); Editor-chefe da revista científica Novas Configurações Diálogos Plural (2020-). Avaliador do Guia da Faculdade (2020-). Tem experiência na área da Educação atuando no eixo da Diversidade. Atualmente interessa-me pesquisa em dois blocos temáticos: I PROCESSOS EDUCATIVOS: Formação de Professores, Políticas Educacionais, Currículo, Desenvolvimento Profissional, Ensino e Tecnologia; II DIVERSIDADE: Estudos Culturais, Identidade, Representação, Gênero, Violência, Negritude, juventude, Religiosidade e Cultura. (Países em que esteve presente para atividades acadêmicas e técnicas e/ou manteve vínculos em trabalhos científicos: (Argentina, Alemanha, Colômbia, Cuba, Espanha, Itália, Panamá, Paraguai, Portugal, México, Moçambique e Uruguai).

ELISÂNGELA MAURA CATARINO – Pós-doutorado em Educação pela Escola Superior de Educação de Coimbra - ESEC/PT (2017-2019) sob a orientação da Dra. Fátima Neves. Doutoranda em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (2020-). Doutora em Ciências da Religião pela PUC-GO (2005 - CAPES 5) na Linha de Pesquisa Religião e Movimentos Sociais. Mestra em Teologia com especialização em Educação Comunitária Infância e Juventude pela EST/UFRGS (2010 - Conceito 5 CAPES). Especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Salgado de Oliveira (2007) e Docência do Ensino Superior pela FAMATEC (2012). Licenciada em Língua Portuguesa e inglesa e suas respectivas licenciaturas, pela Universidade Estadual de Goiás (2004) e Licenciada em Filosofia pelo Instituto de Ciências Sociais e Humanas - ICSH (2003). É servidora pública da Secretaria Estadual de Educação de Goiás - SEDUCE (1999 - Professora P-IV) e da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior (2015 - Professora Titular - CII), onde atua como professora na Pós-graduação e nos Cursos de Medicina Veterinária, Engenharia, Pedagogia, Educação Física e Psicologia. Colíder do Grupo de Pesquisa Psicologia, Processos Educativos e Inclusão da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); Pesquisadora no Grupo de Pesquisa NEPEM/UNIFIMES/CNPq. Professora colaboradora no Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Atualmente trabalha com as seguintes temáticas: Literatura. Linguagem. Educação e Diversidade e Educação Especial com foco nos surdos.

SUSY ADELINA MATEUS - possui graduação em Ciências Contábeis pela FACULDADE DO SUDESTE GOIANO -FASUG (2010), graduação em Matemática pela Universidade Estadual de Goiás (2007), especialização em Psicopedagogia pelas Faculdades Integradas de Cruzeiro (2015), especialização em Educação Especial e Inclusiva com Ênfase em Deficiência Intelectual e Múltipla pela Faculdade de Educação, Tecnologia e Administração de Caarapó (2018). Atualmente é

Professor do Centro de Aprendizagem Professor José Arnaldo Batista. Mestranda em Educação pela Faculdade de Inhumas – Facmais.

A

Afeganistão 1, 2, 3, 8

A língua inglesa 38, 40, 42

C

Cabelo Afro 11

Campo da educação 38, 44

Capital cultural 38, 39, 40, 46

E

Estética negra 11, 12, 13, 21

Existência negra 12

F

Formação docente 38, 41, 42, 44, 49

G

Governança 1, 2, 3, 4, 6, 9

I

Identidade 11, 12, 13, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 49, 50

Internet 1, 2, 4, 5, 6, 8, 10, 33

M

Meio ambiente 1, 4, 6, 7, 8, 9

MST 25, 26, 29, 30, 34, 35, 36

Mulheres trançadeiras 11, 12, 15, 17, 19, 23

N

Negra 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24

P

Pandemia 1, 2, 4, 5

R

Resistência 12, 18, 20, 23

SOCIO LOGIA:

2

Sociedade, políticas públicas
e participação social

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

SOCIO LOGIA:

2

Sociedade, políticas públicas
e participação social

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br